ALINE HORNING DA CRUZ

A ANÁLISE DA DINÂMICA FINANCEIRA E A AUDITORIA: UM ESTUDO SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DO MODELO FLEURIET COMO FERRAMENTA AUXILIAR NA PRÁTICA DA AUDITORIA CONTÁBIL.

Trabalho de Conclusão do Curso, apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, como requisito para obtenção do título de Especialista em Auditoria Integral.

Orientador: Prof. Móisés Prates

CURITIBA
2009

RESUMO

CRUZ, Aline Horning. A ANÁLISE DA DINÂMICA FINANCEIRA E A AUDITORIA: UM ESTUDO SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DO MODELO FLEURIET COMO FERRAMENTA AUXILIAR NA PRÁTICA DA AUDITORIA CONTÁBIL. A auditoria, cuja finalidade é avaliar o controle interno e contábil com o intuito de assegurar, com razoável segurança, que as demonstrações financeiras estão livres de erros materiais, ou seja, que espelham realidade patrimonial, busca seu aprimoramento constante em técnicas e procedimentos que amparem e dêem suporte técnico e teórico ao auditor no desenvolvimento de seus trabalhos. Nesse contexto, propõe-se e avalia-se a aplicação da análise da dinâmica financeira como ferramenta auxiliar para o desenvolvimento dos trabalhos de auditoria, dado a sua eficiência e eficácia na previsão da verdadeira situação de solvência das organizações, usando como ferramenta de análise o modelo Fleuriet. Com base em fundamentação teórica efetua-se associação entre as necessidades e exigências da auditoria com as informações geradas pelo método da Dinâmica Financeira. Realiza-se um estudo de caso tendo como base uma empresa S/A de capital aberto comparando-se os resultados obtidos mediante a utilização do método Fleuriet como ferramenta auxiliar nos testes de auditoria e os resultados obtidos em uma auditoria convencional, a qual faz uso da análise através de índices. Por fim, conclui-se que o método da análise da dinâmica financeira quando incluso em um programa de auditoria proporciona ao auditor maior segurança para emitir opinião sobre a situação financeira e continuidade da companhia auditada, contribuindo, desta forma, para a melhoria do trabalho de auditoria e evidenciando real situação financeira da organização foco da auditoria.

Palavras chave: **Auditoria Contábil; Análise da Dinâmica Financeira; Método Fleuriet.**

SUMÁRIO

RESUMO ..... **III**
1. INTRODUÇÃO **4**
2. REVISÃO DE LITERATURA **6**
2.1 TEORIA DA CONTABILIDADE 6
2.2 AUDITORIA 7
2.3 APRESENTAÇÃO TRADICIONAL DO BALANÇO 19
2.4 ANÁLISE ATRAVÉS DE ÍNDICES 20
2.5 CICLOS DA EMPRESA: ECONÔMICO E FINANCEIRO 25
2.6 ANÁLISE DA DINÂMICA FINANCEIRA 26
2.7 A AUDITORIA E A ANÁLISE DA DINÂMICA FINANCEIRA 36
3. METODOLOGIA **38**
3.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS 38
3.2 CLASSIFICAÇÃO DO ESTUDO 39
3.3 PROBLEMATIZAÇÃO 40
3.4 PROBLEMA DA PESQUISA 40
3.5 JUSTIFICATIVA PARA O PROBLEMA 40
4. ESTUDO DE CASO **41**
4.1 A EMPRESA 41
4.2 RECLASSIFICAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 41
4.3 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EMPRESA S/A DE CAPITAL ABERTO 43
4.4 ANÁLISE ATRAVÉS DE ÍNDICES 45
4.5 ANÁLISE DA DINÂMICA FINANCEIRA 50
4.6 RESULTADO ANÁLISE ATRAVÉS DE ÍNDICES X ANÁLISE DA DINÂMICA FINANCEIRA 56
5. CONCLUSÕES **59**
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS **61**
7. ANEXOS **62**
7.1 ANEXO – I – NBC T 11 63
7.2 ANEXO – II – BALANÇO ORIGINAL 74
7.3 ANEXO – III – DRE ORIGINAL 76

1. INTRODUÇÃO

O trabalho da auditoria contábil é pouco compreendido e aproveitado no Brasil, sendo encarado apenas como obrigação legal. Ainda não há conhecimento dos benefícios adicionais que o trabalho do auditor proporciona.

O objetivo da auditora não é o de apontar fraudes ou erros, mas de assegurar, com razoável segurança, que as demonstrações financeiras estão livres de erros materiais. Para atingir esse objetivo é efetuado um minucioso trabalho que avalia desde a continuidade da empresa passando pelos controles internos desta, até os registros efetuados nos livros contábeis.

O resultado da auditoria é apresentado no parecer do auditor através do qual este atesta ou não a veracidade das informações apresentadas pela companhia auditada. No Brasil as companhias dão atenção somente aos ajustes propostos pela auditoria, os quais provocarão reflexos do parecer do auditor, no entanto, seria extremamente proveitoso que se fosse dada a mesma atenção ao Relatório de Recomendações emitido pela auditoria externa.

A auditoria das demonstrações financeiras é de suma importância como instrumento de suporte na tomada de decisão para investidores e como revisão dos controles organizacionais da companhia auditada. Durante todo o seu trabalho de avaliação o auditor identifica pontos deficientes ou rotinas que podem ser melhorados, tais observações podem não surtir efeitos no parecer da auditoria independente, no entanto, fica o registro das mesmas no Relatório de Recomendações, onde o auditor indica ao auditado os pontos a serem aprimorados com o intuito de melhorar os controles e a contabilidade da companhia.

Este trabalho possui como objetivo principal a implementação da técnica de análise de balanços *"Método da Dinâmica Financeira"* à um programa de auditoria, verificando se essa integração contribui efetivamente para o aperfeiçoamento e melhoria das práticas de auditoria contábil.

Para corroborar a afirmação acima, o trabalho apresentará tópicos teóricos nos quais serão apresentados: o conceito de auditoria contábil e os procedimentos obrigatórios em um programa de auditoria, e ainda, o conceito do método da Análise da Dinâmica Financeira.

O trabalho apresentará também formas de integração da Análise da Dinâmica Financeira aos procedimentos de auditoria. Ao final do trabalho será realizado um estudo de caso analisando os resultados obtidos em um trabalho de auditoria convencional e um trabalho de auditoria integrado à Analise da Dinâmica Financeira.

A análise da dinâmica financeira, também conhecido como Modelo Fleuriet (FLEURIET, M. **O Modelo Fleuriet:** a dinâmica financeira das empresas Brasileiras: um novo método de análise, orçamento e planejamento financeiro. Rio de Janeiro: Campus, 2003) é um método de análise de balanços que difere do método tradicional de análise através de índices, por privilegiar uma visão menos estática da empresa, permite a tomada rápida de decisões e está mais voltado à análise, orçamento e planejamento financeiro. Trata-se de um sistema gerencial desenvolvido especificamente para o ambiente brasileiro, considerando os parâmetros de taxas elevadas e uma economia em crescimento permanente, proporcionando maior eficiência e eficácia na previsão da verdadeira situação de solvência das organizações.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 TEORIA DA CONTABILIDADE

A Teoria da Contabilidade é abordada por Hendriksen e Breda (1999) sendo que estes delinearam vários enfoques que são adotados pelos contadores para a solução de questões contábeis. Os enfoques mais comuns são:

- Fiscal: contabilidade destinada a atender as exigências da Receita Federal;
- Legal: busca de opinião legal para embasar decisões contábeis.
- Ético: ênfase aos conceitos de justiça, verdade e equidade. A ausência de viés e fidelidade de representação são vistas como características necessárias de um sistema contábil confiável.
- Econômico: correlação entre interpretações econômicas e dados contábeis. Há três formas de adoção de um enfoque econômico em contabilidade:
  - macroeconômico (explicação de indicadores e atividades econômicas em um setor de atividade ou a economia nacional),
  - microeconômico (explicação de indicadores e atividades econômicas no nível da empresa). e
  - social-empresarial (divulgação dos efeitos que as empresas exercem na sociedade, tais como custos de poluição ambiental, desemprego, etc.).
- - Comportamental e estrutural: foco reside no comportamento de indivíduos em conseqüência da apresentação de informações contábeis.

- - Estrutural: trata-se de um enfoque clássico da contabilidade, concentra-se na estrutura do próprio sistema, visando a solução de problemas.

Nesse contexto verificamos que o método Análise da Dinâmica Financeira em Auditoria conforme proposto nesse trabalho enquadra-se no foco Econômico e dentro desse foco é classificado como microeconômico.

2.2 AUDITORIA

A auditoria externa ou auditoria independente surgiu como parte do processo evolutivo das organizações.

De acordo com ALMEIDA (2007, p.128), "no Brasil, nestas últimas décadas, houve evolução muito grande nas demonstrações financeiras...Essa mudança substancial nas demonstrações financeiras ocorreu em função da necessidade de os futuros aplicadores de recursos terem conhecimento mais profundo sobre a situação patrimonial e financeira, o resultado das operações e as origens e aplicações de recursos da empresa." Essas mudanças ocorreram devido à evolução dos negócios: a formação societária da maioria das empresas deixou de ser familiar, tendo abertura do capital da empresa para terceiros e obtendo maior volume de empréstimos bancários. Outro fator que colaborou com a mudança foram os problemas ocorridos na Bolsa de Valores no início da década de 70. Tais mudanças foram formalizadas com a instituição da Lei 6.404 de 1976 - Lei das Sociedades por Ações, a qual modificava completamente o conteúdo das demonstrações financeiras, em comparação com a antiga lei (lei 2.627 de 26/09/1940 – voltada para a formação societária familiar).

As empresas deixaram de ser fechadas (pertencentes à grupos familiares) para acompanharem a expansão do mercado. Devido ao acirramento da concorrência as empresas sentiram a necessidade de ampliarem suas instalações: investiram em desenvolvimento tecnológico e aprimoraram os controles internos, visando a redução de custos para assim tornarem seus produtos mais competitivos no mercado. No entanto, o volume de recursos necessários para processar essas mudanças era muito alto, assim as empresas sentiram a necessidade de captar recursos junto a terceiros (empréstimos bancário e abertura do capital social para novos acionistas).

Os futuros investidores apresentaram a necessidade de obter informações sobre a posição patrimonial / financeira e a capacidade de gerar lucros da empresa em que pretendiam investir. Essas informações só poderiam ser obtidas por meio das demonstrações contábeis da companhia. Dessa forma as demonstrações financeiras passaram a ter grande importância para os futuros aplicadores de recursos. Como medida de segurança, para evitar a manipulação das informações os investidores passaram a exigir que as demonstrações financeiras fossem examinadas por um profissional independente da empresa e com conhecimento técnico, ou seja, o auditor independente / externo.

O objetivo do auditor externo ou independente é emitir sua opinião sobre a adequação das informações contidas nas demonstrações financeiras, observando se foram preparadas de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceitos, se esses princípios foram aplicados com uniformidade no exercício social analisado em comparação com o exercício social anterior e se todas as informações necessárias foram divulgadas, para que o usuário tenha um perfeito entendimento sobre essas demonstrações. Para alcançar esse objetivo o auditor necessita planejar adequadamente seu trabalho, avaliar o sistema de controle interno relacionado com a parte contábil e proceder à revisão analítica das contas contábeis.

Segundo Almeida (2007, página 36) "o auditor externo deve examinar as demonstrações contábeis de acordo com as normas de auditoria geralmente aceitas; portanto, não é seu objetivo principal detectar irregularidades, conquanto estas possam a vir a seu conhecimento durante a execução do serviço de auditoria".

O auditor independente além de expressar sua opinião sobre as demonstrações através do parecer de auditoria, passou a emitir um relatório-comentário (Relatório de Recomendações), no qual apresentava sugestões para

solucionar os problemas da empresa, os quais identificou durante o curso normal de seu trabalho de auditoria.

Devido à expansão dos negócios a administração das empresas passou a dar maior ênfase aos controles internos. No entanto, o auditor externo passava pouco tempo na empresa e seu foco era totalmente voltado para o exame das demonstrações contábeis. Para atender à administração da empresa, seria necessária uma auditoria periódica, com maior grau de profundidade, visando todas as áreas, não somente a contabilidade. Assim surgiu a auditoria interna, uma ramificação da auditoria externa, e consequentemente, da contabilidade.

O auditor interno é um empregado da empresa, mas não pode ser subordinado àquele cujo trabalho analisa. Também não deve desenvolver atividades que ele possa vir um dia a examinar para que não comprometa sua independência.

A empresa é responsável pela implantação de sistemas de controle interno de modo permitir que as demonstrações contábeis ou financeiras reflitam corretamente a posição patrimonial e financeira. As demonstrações financeiras elaboradas pela empresa, são de sua inteira responsabilidade.

> Não adianta a empresa implantar um excelente sistema de controle interno sem que alguém verifique periodicamente se os funcionários estão cumprindo o que foi determinado no sistema, ou se o sistema não deveria ser adaptado às novas circunstâncias. Os objetivos da auditoria interna são exatamente esses, ou seja:
> - verificar se as normas internas estão sendo seguidas;
> - avaliar a necessidade de novas normas internas ou de modificação das já existentes. (ALMEIDA, 2007 p.70)

2.2.1 Procedimentos de Auditoria:

A Norma Brasileira de Contabilidade Técnica NBC T 11 – Normas de auditoria independente das demonstrações contábeis (*vide* texto integral no anexo 1) apresenta a conceituação dos procedimentos de auditoria, conforme segue:

> 11.1.2.1 Os procedimentos de auditoria são o conjunto de técnicas que permitem ao auditor obter evidências ou provas suficientes e adequadas para fundamentar sua opinião sobre as demonstrações contábeis auditadas, abrangendo testes de observância e testes substantivos.
>
> 11.1.2.2 Os testes de observância visam à obtenção de razoável segurança de que os procedimentos de controle interno estabelecidos pela administração estão em efetivo funcionamento inclusive quanto ao seu cumprimento pelos funcionários da entidade.
>
> 11.1.2.3 Os testes substantivos visam à obtenção de evidência quanto à suficiência, exatidão e validade dos dados produzidos pelo sistema contábil da entidade, dividindo-se em:
>
> **a)** testes de transações e saldos; e
>
> **b)** procedimentos de revisão analítica. (NBC T 11)

2.2.1.01 Aplicação dos procedimentos de auditoria

Ainda com base na NBC T11 a aplicação dos procedimentos de auditoria é definida conforme segue:

> 11.2.6.1 A aplicação dos procedimentos de auditoria deve ser realizada através o de provas seletivas, testes e amostragens, em razão da complexidade e volume das operações, cabendo ao auditor, com base na análise de riscos de auditoria e outros elementos de que dispuser, determinar a amplitude dos exames necessários à obtenção dos elementos de convicção que sejam válidos para o todo.

11.2.6.2 Na aplicação dos testes de observância e substantivos, o auditor deve considerar os seguintes procedimentos técnicos básicos:

a) inspeção – exame de registros, documentos e de ativos tangíveis;

b) observação – acompanhamento de processo ou procedimento quando de sua execução;

c) investigação e confirmação – obtenção de informações junto a pessoas ou entidades conhecedoras da transação, dentro ou fora da entidade;

d) cálculo – conferência da exatidão aritmética de documentos comprobatórios, registros e demonstrações contábeis e outras circunstâncias; e

e) revisão analítica – verificação do comportamento de valores significativos, mediante índices, quocientes, quantidades absolutas ou outros meios, com vistas à identificação de situação ou tendências atípicas.

11.2.6.3 Na aplicação dos testes de observância, o auditor deve verificar a existência, efetividade e continuidade dos controles internos.

11.2.6.4 Na aplicação dos testes substantivos, o auditor deve objetivar as seguintes conclusões:

a) existência – se o componente patrimonial existe em certa data;

b) direitos e obrigações – se efetivamente existentes em certa data;

c) ocorrência – se a transação de fato ocorreu;

d) abrangência – se todas as transações estão registradas;

e) avaliação – se os ativos e os passivos estão avaliados adequadamente;

f) mensuração – se as transações estão registradas pelos montantes corretos e se foi respeitado o princípio de competência; e

g) apresentação e divulgação – se os itens estão divulgados, classificados e descritos de acordo com os Princípios Fundamentais de Contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade.

11.2.6.5 Na aplicação dos procedimentos de revisão analítica, o auditor deve considerar:

a) o objetivo dos procedimentos e o grau de confiabilidade dos resultados alcançáveis;

b) a natureza da entidade e o conhecimento adquirido nas auditorias anteriores; e

c) a disponibilidade de informações, sua relevância, confiabilidade e comparabilidade.

11.2.6.6 Se o auditor, durante a revisão analítica, não obtiver informações objetivas suficientes para dirimir as questões suscitadas, deve efetuar verificações adicionais, aplicando novos procedimentos de auditoria, até alcançar conclusões satisfatórias. (NBC T 11)

2.2.1.02 Revisão Analítica

A revisão analítica que é um procedimento de auditoria, conforme citado no item anterior tem por objetivo detectar e analisar situações anormais e significativas constatadas nas demonstrações contábeis, mais precisamente nas contas do balanço patrimonial e nas contas da demonstração do resultado do exercício. Para alcançar esse objetivo os auditores utilizam técnicas de análises de balanços, em especial, os indicadores financeiros. Essa revisão auxilia a identificar áreas prioritárias ou áreas com problemas, onde, portanto, o auditor deverá concentrar mais sua atenção. Concluindo, a revisão analítica, em conexão da natureza, extensão e datas dos procedimentos de auditoria, é um instrumento poderosíssimo para o auditor dar sugestões. Os procedimentos de revisão analítica abrangem:

- Análise crítica da evolução dos saldos e rendas no período sob exame;
- Análise da evolução das taxas médias pagas no período.

- Análise comparativa dos saldos e taxas em relação aos recursos aplicados e a outros recursos captados.
- Análise crítica da evolução dos saldos e despesas no período sob exame.
- Análise crítica da evolução dos saldos e receitas apropriadas no período sob exame.
- Análise crítica da evolução dos principais itens de receita e despesas no período sob exame.
- Correlação do comportamento e evolução das principais rendas e despesas operacionais com a evolução e comportamento das operações relacionadas.
- Correlação e análise dos saldos de despesas e receitas que guardam íntima relação com áreas patrimoniais já examinadas como, por exemplo:
  - Devedores duvidosos;
  - Depreciações;
  - Amortizações;
  - Correções monetárias do permanente e do patrimônio líquido;
  - Equivalência patrimonial;
  - Provisão para o Imposto de Renda;
  - Provisão para perdas com ativos;
  - Provisão para obrigações;
  - Entre outros.

2.2.1.03 Continuidade da empresa

Conforme determinação da NBCT 11 a continuidade normal das atividades da entidade deve merecer especial atenção do auditor, quando do planejamento dos seus trabalhos, ao analisar os riscos de auditoria, e deve ser complementada quando da execução de seus exames, conforme segue:

> 11.2.8.2 A evidência de normalidade pelo prazo de um ano após a data das demonstrações contábeis é suficiente para a caracterização dessa continuidade.

> 11.2.8.3 Caso, no decorrer dos trabalhos se apresentem indícios que ponham em dúvida essa continuidade, deve o auditor aplicar os procedimentos adicionais que julgar necessários para a formação de juízo embasado e definitivo sobre a matéria.
>
> 11.2.8.4 Na hipótese de o auditor concluir que há evidências de riscos na continuidade normal das atividades da entidade, deve avaliar os possíveis efeitos nas demonstrações contábeis, especialmente quanto à realização dos ativos. (NBC T 11)

Quando constatar que há evidências de riscos na continuidade normal das atividades da entidade, o auditor independente deverá, em seu parecer, mencionar, em parágrafo de ênfase, os efeitos que tal situação poderá determinar na continuidade operacional da entidade, de modo que os usuários tenham adequada informação sobre a mesma.

Os seguintes pressupostos deverão ser os mínimos adotados pelo auditor na análise da continuidade da entidade auditada:

a) indicadores financeiros

1 - passivo a descoberto;

2 - posição negativa do capital circulante líquido;

3 - empréstimos com prazo fixo e vencimentos imediatos, sem possibilidade de renovação pelos credores;

4 - excessiva participação de empréstimos de curto prazo, sem a possibilidade de alongamento das dívidas ou capacidade de amortização;

5 - índices financeiros adversos de forma contínua;

6 - prejuízos substanciais de operação e de forma contínua;

7 - retração ou descontinuidade na distribuição de resultados;

8 - incapacidade de devedores na data do vencimento;

9 - dificuldades de acertos com credores;

10 - alterações ou renegociações com credores; e

11 - incapacidade de obter financiamentos para desenvolvimento de novos negócios ou produtos, e inversões para aumento da capacidade produtiva.

b) indicadores de operação

1 - perda de elementos-chaves na administração sem modificações ou substituições imediatas;
2 - perda de mercado, franquia, licença, fornecedor essencial ou financiador estratégico; e
3 - dificuldades de manter mão-de-obra essencial para a manutenção da atividade.

c) outras indicações

1 - não cumprimento de normas legais, regulamentares e estatutárias;
2 - contingências capazes de não serem cumpridas pela entidade; e
3 - mudanças das políticas governamentais que afetam a entidade.

2.2.1.04 Parecer de Auditoria

O parecer é o produto final do trabalho do auditor, é através dele que o auditor expressa a opinião e o entendimento do auditor acerca dos dados em exame de uma forma padrão e resumida. Conforme determinado pela Lei das Sociedades por Ações, as demonstrações financeiras devem ser apresentadas com os valores do ano imediatamente anterior, dessa forma o auditor deve emitir seu parecer abrangendo os
dois exercícios sociais. De acordo com ALMEIDA (2007, p.474) na hipótese do auditor não ter "examinado as demonstrações financeiras do ano anterior (auditadas por outros auditores ou não auditadas), esse fato deverá ser revelado em seu parecer sobre as demonstrações financeiras atuais".

Existem quatro tipos de pareceres, classificados de acordo com a natureza de opinião que contém:

- **Parecer sem Ressalva ou Parecer Limpo:** é emitido quando as demonstrações financeiras da empresa examinadas pelo auditor representam adequadamente a posição patrimonial e financeira, e o resultado das operações está de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade. O parecer sem ressalva indica que o auditor está convencido de que as demonstrações financeiras foram elaboradas consoantes às Normas Brasileiras de Contabilidade e a legislação específica em todos os seus aspectos relevantes. O auditor, quando emite um parecer em ressalva, afirma que não há efeitos relevantes que afetem a demonstração financeira, uma vez que foram estes avaliados e considerados não significativos em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

  O parecer sem ressalva é composto por 3 parágrafos conforme modelo apresentado no item 11.3.2.3 da NBC T 11 a qual encontra-se anexa a este trabalho.

- **Parecer com Ressalva:** É emitido quando um ou mais valores nas demonstrações financeiras não refletem adequadamente a posição correta, de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade, ou quando o auditor não consegue obter evidências adequadas que permitam a comprovação desses valores. De forma geral, os motivos da ressalva estão relacionados à não-obediência aos princípios fundamentais de contabilidade ou à inconsistência na aplicação dos mesmos e por claras limitações impostas ao auditor, não lhe sendo concedidas alternativas para o exame integral das demonstrações financeiras. Se a ressalva for tão significativa que impeça expressar opinião sobre a adequação das demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, há necessidade da abstenção de opinião ou da opinião adversa.

- **Parecer Adverso:** É emitido quando o auditor verificar efeitos e condições que, em sua opinião, comprometem substancialmente as demonstrações financeiras examinadas, a ponto de não ser suficiente a simples ressalva no parecer. O parecer adverso exprime a opinião do auditor de que as demonstrações financeiras não representam adequadamente a posição patrimonial e financeira e/ou o resultado das operações e/ou mutações patrimoniais, e/ou as origens e aplicação dos recursos de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade. Nessas circunstâncias, uma abstenção de opinião não é considerada apropriada, uma vez que o auditor possui informações suficientes para declarar que, em sua opinião, as demonstrações financeiras não estão adequadamente apresentadas.

- **Negativa de Parecer ou Parecer com Abstenção de Opinião:** Quando o auditor não conseguir obter comprovação suficiente para fundamentar a sua opinião sobre as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, ele deve declarar que está impossibilitado de expressar sua opinião sobre estas. Como regra geral, essa impossibilidade de expressão de opinião do auditor é resultante dos seguintes aspectos:

  a) limitação imposta ao objetivo do exame;
  b) existência de fato que afete consideravelmente a posição patrimonial e financeira ou resultado das operações;
  c) existência de incerteza substancial em relação ao montante de um item impedindo ao auditor a formação de opinião sobre as demonstrações financeiras tomadas em conjunto; e
  d) preparação de demonstrações financeiras não auditadas.

  No caso de limitações significativas ao objetivo do exame, o auditor pode relatar os procedimentos realizados, casos em que ele deve modificar o parágrafo de extensão do trabalho ou indicar os procedimentos omitidos.

Qualquer que seja o caso, o auditor preferirá declarar claramente que o exame por ele realizado não foi o suficiente para permitir a expressão de sua opinião sobre as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, e dar ao conhecimento geral os motivos que o levaram a assim proceder.

2.2.1.05 Relatório Comentário de Auditoria

Ao término de um trabalho de auditoria, a equipe responsável pelo trabalho desenvolvido em campo redige um relatório com os pontos de recomendação identificados durante a execução dos trabalhos.

A fase do trabalho de auditoria que mais contribui para a elaboração desse relatório é a fase de controles internos, pois nesta fase é efetuado um minucioso entendimento das rotinas das principais transações, principalmente aquelas que afetam os saldos contábeis.

Durante o trabalho de controles internos, é observado se os colaboradores seguem as políticas traçadas pela alta administração da empresa, se os ativos estão protegidos, se as operações são adequadamente registradas e fidedignamente apresentadas nas demonstrações financeiras, se existem conflitos na segregação de função, entre outros. O entendimento das rotinas e teste dos controles identificados tem como benefício a redução dos procedimentos para teste de saldos na data-base da demonstração financeira.

O relatório de recomendações é altamente importante e de grande utilidade para a administração da companhia, pois servirá como auxílio para realizar ações corretivas para os controles que apresentam fragilidades e que possam permitir que certos procedimentos não sejam realizados, bem como possam permitir o conhecimento da ação de um possível fraudador.

O relatório de recomendações é redigido pelos auditores e comentado pela administração da empresa. Em seguida, o relatório é entregue ao conselho de administração, que representa os interesses dos investidores, para que estes tenham conhecimento das fragilidades no sistema de controles da empresa investida.

2.3 APRESENTAÇÃO TRADICIONAL DO BALANÇO

A apresentação tradicional apresenta o balanço como um quadro que agrupa as diversas contas com base em dois critérios de classificação:

1 – distinção (vertical) entre as contas do ativo e as do passivo;
2 – classificação (horizontal) das contas de acordo com o prazo das aplicações e das origens de fundos em ordem decrescente de disponibilidade.

Dessa forma, o ativo e passivo dividem-se da seguinte forma:

2.3.1 Ativo

- Ativo circulante: o qual é subdividido em Disponível e Realizável a Curto Prazo.
- Ativo não circulante: o qual é subdividido em Realizável a Longo Prazo e Permanente (que por sua vez, é composto por Investimento, Imobilizado e Diferido).

2.3.2 Passivo

- Passivo Circulante (exigibilidades de curto prazo)
- Passivo não Circulante; o qual abrange o Passivo Exigível a Longo Prazo e o Patrimônio Líquido.

Embora a classificação horizontal da apresentação tradicional ofereça uma série de vantagens, ela se mostra inadequada para uma análise

> dinâmica da situação econômico-financeira das empresas....Em geral, certas contas do ativo e passivo renovam-se constantemente à medida que se desenvolvem as operações da empresa. Este fato constitui a base para uma nova classificação horizontal...que enfatiza os ciclos econômico e financeiro de uma empresa, fornecendo dados para a análise dinâmica em oposição à análise estática normalmente realizada através das informações fornecidas pela classificação tradicional. (FLEURIET, 2003, p.3)

2.4 ANÁLISE ATRAVÉS DE ÍNDICES

Com base no balanço tradicional da companhia é possível calcular os indicadores tradicionais de liquidez, os quais segundo ASSAF (2000, página 171) "evidenciam a situação financeira de uma empresa frente a seus diversos compromissos financeiros".

2.4.1 Análise Financeira

2.4.1.01 Liquidez Imediata

Este índice é obtido ao dividir-se o saldo de Disponível pelo Passivo Circulante:

$$\frac{\text{Disponível}}{\text{Passivo Circulante}}$$

E indica a porcentagem das dívidas a curto prazo que podem ser liquidadas imediatamente pela companhia. Segundo ASSAF (2000, página 172) "esse quociente é normalmente baixo devido ao pouco interesse das empresas em manter recursos monetário em caixa, ativo operacionalmente de reduzida rentabilidade".

2.4.1.02 Liquidez Seca

Obtido a partir da seguinte fórmula:

$$\frac{\text{Ativo circulante - Estoques}}{\text{Passivo Circulante}}$$

De acordo com MATARAZZO (1998, página 179) "indica quanto a empresa possui de Ativo Líquido para cada US$ 1,00 de Passivo Circulante". Com outras palavras ASSAF (2000, página 172) diz que "a liquidez seca determina a capacidade de curto prazo de pagamento da empresa mediante a utilização das contas do disponível e valores a receber".

2.4.1.03 Liquidez Corrente

Índice decorrente da aplicação da fórmula:

$$\frac{\text{Ativo circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Indica o quanto existe de ativo circulante para cada $1 de dívida a curto prazo. Quando:

Liquidez Corrente > 1 ⟶ Capital Circulante Líquido Positivo

Liquidez Corrente = 1 ⟶ Capital Circulante Líquido Nulo

Liquidez Corrente < 1 ⟶ Capital Circulante Líquido Negativo.

Segundo ASSAF (2000, p.173) "quanto maior a liquidez corrente, mais alta se apresenta a capacidade da empresa em financiar suas necessidades de capital de giro".

2.4.1.04 Liquidez Geral

Obtido através da fórmula:

Ativo circulante + Realizável a Longo Prazo
Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo

Esse índice indica quanto a empresa possui no Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo para cada $ 1 de dívida total. Conforme ASSAF (2000, página 173) "a liquidez geral é utilizada também como uma medida de segurança financeira da empresa a longo prazo, revelando sua capacidade de saldar todos seus compromissos".

2.4.2 Análise Estrutural

2.4.2.01 Participação do Capital de Terceiros

Capital de Terceiros
Patrimônio Líquido

Indica quanto a empresa tomou de capitais de terceiros para cada $ 100 de capital próprio investido.

> O índice de Participação de Capitais de Terceiros relaciona...duas grandes fontes de recursos da empresa, ou seja, Capitais Próprios e Capitais de Terceiros. É um indicador de risco ou de dependência a terceiros por parte da empresa. Também pode ser chamado índice de Grau de Endividamento. Do ponto de vista estritamente financeiro, quanto maior a relação Capitais de Terceiros/ Patrimônio Líquido menor a liberdade de decisões financeiras da empresa ou maior a dependências a esses Terceiros. É desse ângulo que se interpreta o índice de Participação de Capitais de Terceiros. Do ponto de vista de obtenção de lucro, pode ser vantajoso para a empresa trabalhar com capitais de terceiros, se a remuneração paga a esses capitais de terceiros for menor do que o lucro conseguido com a sua aplicação nos negócios. Portanto,

> sempre que se aborda o índice de Participação de Capitais de Terceiros, está-se fazendo análise exclusivamente do ponto de vista financeiro, ou seja, do risco de insolvência e não em relação ao lucro ou prejuízo. (MATARAZZO, 1998, p.160).

2.4.2.02 Composição de Exigibilidade

$$\frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Capital de Terceiros}}$$

Indica o percentual de obrigações de curto prazo em relação às obrigações totais.

2.4.2.03 Imobilização de Recursos Próprios

$$\frac{\text{Ativo Permanente}}{\text{Patrimônio Líquido}}$$

Indica o quanto a empresa aplicou no Ativo Permanente para cada $ 100 de Recursos Próprios.

2.4.2.04 Capitalização

$$\frac{\text{Capitais Próprios Médio}}{\text{Ativo Médio}}$$

O índice de capitalização indica o quanto é proveniente de capital próprio para cada $ 100 aplicados no ativo.

2.4.3 Análise Econômica

2.4.3.01 Margem líquida

$$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Vendas Líquidas}}$$

Indica o quanto a empresa obtém de lucro para cada $ 100 vendidos.

2.4.3.02 Rentabilidade do Ativo

$$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Ativo Médio}}$$

> Indica quanto a empresa obtém de lucro para cada $ 100 de investimento total. Mostra quanto a empresa obteve de Lucro Líquido em relação ao Ativo. É uma medida do potencial de geração de lucro da parte da empresa. Não é exatamente uma medida de rentabilidade do capital...mas um medida da capacidade da empresa em gerar lucro líquido e assim poder capitalizar-se. É ainda uma medida do desempenho comparativo da empresa ano a ano. (MATARAZZO, 1998, página 185).

2.4.3.03 Rentabilidade do Patrimônio Líquido

$$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido Médio}}$$

Este índice mostra qual a taxa de rendimento do Capital Próprio, ou seja, quanto a empresa obteve de lucro para cada $ 100 de Capital Próprio investido. Segundo Matarazzo (1998, página 187) "essa taxa pode ser comparada com a de

outros rendimentos alternativos no mercado, como Caderneta de Poupança, CDBs, Fundos de Investimento, etc. Com isso é possível avaliar se a empresa oferece rentabilidade superior ou inferior a essas opções".

2.4.3.3.04 Produtividade

$$\frac{\text{Vendas Líquidas}}{\text{Ativo Médio}}$$

A produtividade indica o Giro da empresa, ou seja, o lucro obtido por cada real investido do ativo.

2.5 CICLOS DA EMPRESA: ECONÔMICO E FINANCEIRO

Para uma melhor compreensão do modelo de análise financeira é importante o entendimento dos ciclos das empresas. O ciclo econômico caracteriza-se pelo prazo decorrido entre as entradas de matérias-primas (compras) e as saídas de produtos acabados (vendas), enquanto o ciclo financeiro caracteriza-se pelo prazo decorrido entre as saídas de caixa (pagamentos) e entradas de caixa (recebimentos). Esses ciclos se correlacionam para determinar-se a situação em que se encontra a companhia. Os movimentos de caixa devem acompanhar as compras de matéria-prima e vendas de produtos acabados, não devem ser defasados para que a companhia possua uma situação econômico-financeira razoável. Os ciclos econômico e financeiro relacionam-se através da expressão:

Ciclo financeiro = Ciclo econômico + Prazo médio de recebimento – Prazo médio de pagamento

Considerando-se que o ciclo econômico de uma empresa pode ser medido pelo prazo médio de rotação de estoques, é possível chegar à seguinte expressão:

Ciclo financeiro = PME + PMR - PMP

Onde: PME = prazo médio de rotação de estoques.

PMR = prazo médio de recebimentos das contas a receber.

PMP = prazo médio de pagamentos das contas a pagar.

> As contas são classificadas de acordo com seu ciclo, ou seja, o tempo que leva para realizar uma transação. Certas contas apresentam um movimentação lenta, que, em uma análise de curto prazo, podem ser consideradas como "permanentes ou não cíclicas"(realizável a longo prazo; investimentos; reserva de lucros etc). Outras contas estão relacionadas com o ciclo operacional do negócio e apresentam um movimento "contínuo e cíclico"(estoques; clientes; fornecedores etc). Existem contas que não estão diretamente relacionadas com a operação apresentando movimento "descontínuo e errático"(disponível, títulos negociáveis; duplicatas descontadas etc.). (FLEURIET, 2003 p.7)

2.6 ANÁLISE DA DINÂMICA FINANCEIRA

A análise financeira dinâmica, também conhecida como Modelo Fleuriet, é um modelo de administração do capital de giro. De acordo com Padoveze / Benedicto (2004, p. 231) esse método "retoma o tema da liquidez e seus indicadores, apresentando uma abordagem nova e diferente da abordagem da análise de balanço tradicional".

Para o entendimento do modelo da dinâmica financeira, é importante compreender a forma de classificação dos elementos do giro:

- **Contas cíclicas:** são as contas de natureza operacional que se relacionam diretamente com o ritmo operacional, refletindo, em seus saldos, o nível de operações fins da empresa.

- **Contas erráticas:** são aquelas contas cujos saldos evoluem sem qualquer relação com o ritmo das operações, podendo assim, serem zeradas quando a

empresa estiver desempenhando normalmente suas atividades. Ou seja, estas contas não têm ligação com o Ciclo Operacional da empresa.

Segundo Assaf (2007, p. 212), "Todos os valores circulantes, porém não caracterizados como cíclicos, são definidos como *financeiros*." As principais contas dos grupos cíclicos e financeiros (para uma empresa do segmento de atividade não financeiro) são as seguintes:

- *Ativo Circulante Financeiro:* Disponibilidades (caixa e bancos), Fundo Fixo de Caixa, Aplicações Financeiras, Depósitos Judiciais, Restituição de IR, Mútuos (créditos) com Coligadas e Controladas.

- *Ativo Circulante Cíclico:* Duplicatas a Receber, Provisão para Devedores Duvidosos, Adiantamento a Fornecedores, Estoques, Adiantamento a Empregados, Impostos Indiretos a Compensar (IPI, ICMS), Despesas Operacionais Pagas Antecipadamente.

- *Ativo Não-Circulante:* Valores dos grupos imobilizado, investimentos e diferido, e realizável a longo prazo;

- *Passivo Circulante Financeiro:* Empréstimos e Financiamentos Bancários de Curto Prazo, Duplicatas Descontadas, Provisões de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro, Dividendos, Mútuos (dívidas) com Coligadas e Controladas;

- *Passivo Circulante Cíclico:* Fornecedores, Duplicatas a Pagar, Obrigações Tributárias (Impostos Indiretos), Adiantamentos de Clientes, Provisões/Obrigações Trabalhistas, Participações de Empregados, Despesas Operacionais.

- *Passivo Não-Circulante:* Contas do exigível a longo prazo e patrimônio líquido.

> Considerando as naturezas diferenciadas das contas do giro, há uma reclassificação do capital circulante: as contas cíclicas são classificadas como giro e, conseqüentemente, o total dos ativos cíclicos menos o total dos passivos cíclicos indica a necessidade líquida de capital de giro (NCG). As demais contas, de caráter financeiro e não vinculadas às operações, são denominadas contas de tesouraria, e só com elas é que se deveria calcular a liquidez empresarial e a capacidade de solvência da empresa no curto prazo (PADOVEZE / BENEDICTO, 2004, p. 232).

De acordo com essa abordagem as contas cíclicas são necessárias para o ritmo das operações, portanto, não podem ser realizadas, para que não comprometam a continuidade da empresa. Elas devem ser utilizadas para a quitação de obrigações financeiras (passivos erráticos) e seu saldo varia de acordo com o nível de atividade da empresa. Dessa forma, sempre que houver um aumento no volume de produção ou vendas, haverá a necessidade de ampliar os investimentos e a retenção de giro para fazer face a esse novo nível de atividade.

> Dentro dessa abordagem, a necessidade líquida de capital de giro equipara-se a um conceito de permanente, mesmo que, à luz dos princípios contábeis geralmente aceitos, não o seja. Porém, em uma abordagem puramente gerencial, não há possibilidade de dispor dos elementos do giro (clientes, estoques) porque eles são necessários e imprescindíveis para manter o nível de atividade da companhia (PADOVEZE, BENEDICTO, 2004 p.233).

2.6.1 Indicadores de Avaliação da Estrutura Financeira

Para a correta análise da estrutura financeira de uma empresa é necessário o estudo de um conjunto de indicadores operacionais, os quais refletem todas as decisões tomadas com relação ao capital de giro e seu equilíbrio financeiro.

2.6.1.01 Necessidade de Capital de Giro e Capital Circulante Líquido

Segundo Fleuriet (2003, pg.7) "quando, no ciclo financeiro, as saídas de caixa ocorrem antes das entradas de caixa, a operação da empresa cria uma necessidade de aplicação permanente de fundos, que se evidencia no balanço por uma diferença positiva entre o valor das contas cíclicas do ativo e das contas cíclicas do passivo". Esta aplicação permanente de fundos é chamada de Necessidade de Capital de Giro (NCG), ou ainda, Necessidade de Investimento em Giro (NIG):

NCG = Ativo Cíclico – Passivo Cíclico

A NCG pode ser positiva ou negativa:

> **Positiva:** ocorre quando o ativo cíclico (ou aplicações de capital de giro) é maior que o passivo cíclico (ou fontes de capital de giro). Neste caso, a empresa apresenta uma demanda de recursos para o giro dos negócios, o que poderá ser financiado com recursos próprios e/ou recursos de terceiros de curto e longo prazos.
>
> **Negativa:** ocorre quando o ativo cíclico é maior do que o passivo cíclico. Neste caso a empresa não apresenta demanda de recursos para o giro dos negócios mas, pelo contrário, dispõe de fontes para financiar outras aplicações, em conformidade às políticas de sua Administração.
>
> **Nula:** ocorre quando o ativo cíclico é igual ao passivo cíclico. Neste caso a empresa não tem necessidade de financiamento para o giro dos negócios,
> financiando-o apenas com contas cíclicas. (PEREIRA FILHO, 1998 p.17)

A necessidade de Capital de Giro (NCG) é diferente do Capital Circulante Líquido (CCL), o qual se define como:

CCL = Ativo Circulante – Passivo Circulante

> O conceito de *capital circulante líquido – CCL* indica o volume de recursos de longo prazo alocados para financiar o giro. A necessidade de investimento em giro – NIG, por outro lado, revela o montante de capital

> permanente que uma empresa necessita para financiar seu capital de giro. Esse volume é determinado... pelo nível de atividade da empresa (produção e vendas) e prazos operacionais. (ASSAF, 2007 p. 213).

Para avaliar-se o equilíbrio financeiro de uma empresa é essencial efetuar o confronto entre o CCL (capital circulante líquido) e o NIG (necessidade de investimento em giro). Uma empresa só apresenta segurança financeira na seguinte situação:

CCL > NIG

Situação que demonstra recursos em excesso diante de necessidades permanentes do capital de giro.

2.6.1.02 Capital de Giro

Define-se como Capital de Giro (CDG) a diferença entre o passivo permanente e o ativo permanente:

CDG = Passivo Permanente – Ativo Permanente

Segundo FLEURIET (2003, p. 11) "o capital de giro possui o mesmo valor que o capital circulante líquido, definido no sentido financeiro clássico como a diferença entre o ativo e o passivo circulantes. Somente seu cálculo é realizado de maneira diferente, no entanto, os resultados são idênticos".

2.6.1.03 Saldo de Tesouraria (ST)

O saldo de tesouraria define-se como a diferença entre o ativo e o passivo erráticos:

ST = Ativo errático – Passivo errático

Também é possível dizer que o Saldo de Tesouraria representa um valor residual correspondente à diferença entre o Capital de Giro e a Necessidade de Capital de Giro:

$$ST = CDG - NCG$$

O Saldo de Tesouraria representa os recursos de curto prazo que poderão sobrar ou faltar no caixa da empresa, com vistas a fazer frente aos seus compromissos, funcionando como um eficiente indicador da saúde financeira da empresa, ou seja, se apresenta liquidez satisfatória ou insatisfatória.

No caso em que o ST apresenta-se positivo, indica uma sobra de recursos de curto prazo, ou seja, o capital de giro é suficiente para cobrir as necessidades de capital de giro, e ainda mantém um nível de caixa ou até mesmo aplicações no mercado financeiro, garantindo a liquidez da empresa.

O ST apresenta-se negativo, quando a empresa possui fontes de recursos de curto prazo financiando as atividades operacionais da empresa, ou seja, indica que o capital de giro é insuficiente para cobrir a necessidade de capital de giro, o que pode levar a empresa a uma situação de insolvência,

2.6.1.04 Visão da Liquidez x Fleuriet

Para Fleuriet a visão tradicional da liquidez é inadequada por tratar-se de um indicador estático, que desconsidera, na dinâmica operacional, a convivência de contas de naturezas bastante distintas, tanto no ativo circulante quanto no passivo circulante. Isso significa que, ao terem seus resultados determinados pela divisão entre totais de ativos e passivos circulantes, tanto o numerador da fórmula quanto o denominador refletem um conjunto de contas que reagem de forma bastante distinta ao ritmo de operações da empresa.

No modelo dinâmico, as contas cíclicas, tanto ativas quanto passivas não fazem parte da liquidez, pois segundo esse método, a liquidez da empresa é

exclusivamente decorrente do seu saldo de tesouraria, que é representado pelas contas erráticas. Segundo Padoveze / Benedicto (2004, página 234), "passa-se a entender a capacidade de pagamento da empresa sob um aspecto mais profundo e realístico, não enviesando os fundamentos de liquidez e necessidade de investimentos no giro".

O objetivo da abordagem do modelo de Fleuriet é oferecer um modelo de decisão completo para administração do capital de giro.

2.6.1.5 Efeito Tesoura

Fleuriet destaca a importância do acompanhamento da evolução do Saldo de Tesouraria, para que este não permaneça constantemente negativo e crescente, situação que demonstra a dependência de empréstimos a curto prazo e aproxima a companhia da situação de insolvência. O crescimento do Saldo de Tesouraria negativo é denominado "efeito tesoura" ou "overtrading".

> De modo geral, o "efeito tesoura" ocorre quando estão presentes as seguintes condições:
>
> 1. As vendas da empresas crescem a taxas anuais elevadas.
> 2. A relação $\frac{\Delta \text{ NCG}}{\text{Vendas}}$ mantém-se, substancialmente, mais elevada do que a relação $\frac{\text{Autofinanciamento}}{\text{Vendas}}$ durante o período de crescimento das vendas. Considera-se que ambas sejam positivas.
> 3. Durante o período de crescimento das vendas, as fontes externas, que aumentam o Capital de Giro, são utilizadas somente para novos investimentos em bens do ativo permanente que, por sua vez, diminuem o Capital de Giro. (FLEURIET, 2003 página 38).

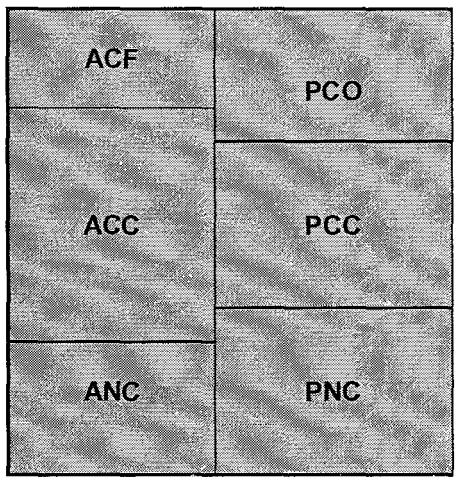
Segundo Fleuriet (2003, p. 42) "para evitar o efeito tesoura o autofinanciamento da empresa deve ser suficiente para financiar, pelo menos, os aumentos de sua necessidade de capital de giro (NCG)".

Para verificar se uma empresa corre o risco de entrar no "efeito tesoura" é necessário conhecer: 1) seu ciclo financeiro e 2) sua taxa de autofinanciamento corrente em porcentagem do faturamento.

2.6.1.6 Tipos de Balanços

Com base no ciclo econômico e a rentabilidade das empresas é possível classificar os balanços em 6 tipos, no entanto Fleuriet abordou em seu livro somente os 4 tipos que aparecem na prática com maior freqüência, conforme segue:

Tipo I



Restrições: ST < 0

NCG > 0

CCL > 0

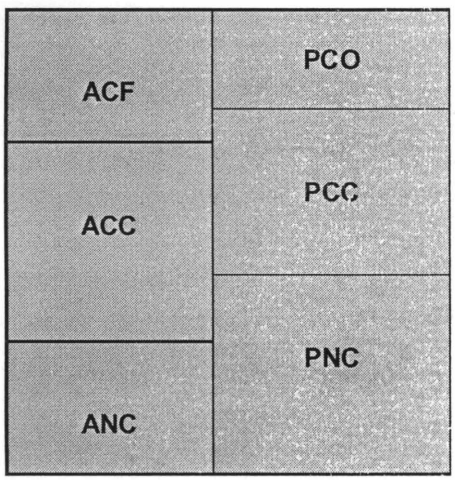
Condição: ST< CCL < NCG

Situação Financeira Insatisfatória

No Tipo 1, a Necessidade de Capital de Giro é maior do que o Capital de Giro e, por isso, o Saldo de Tesouraria é negativo. A empresa financia

parte de sua Necessidade de Capital de Giro com créditos a curto prazo. Esta situação não é grave quando a Necessidade de Capital de Giro apresenta-se temporariamente elevada, como no caso de um empresa que prolonga a estocagem de seus produtos, a fim de se beneficiar de um aumento esperado nos preços de vendas. Por outro lado, a liquidez da empresa estará ameaçada – estando a Necessidade de Capital de Giro em seu nível normal – se seus créditos a curto prazo não forem renovados. (FLEURIET, 2003, página 16).

Tipo II



Restrições: ST > 0

NCG > 0

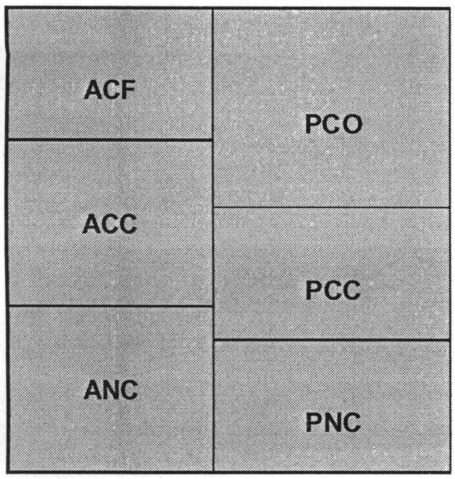
CCL > 0

Condição: ST < CCL > NCG

Situação Financeira Sólida

Segundo Fleuriet (2003, página 16) "considerando que a Necessidade de Capital de Giro esteja em seu nível normal, o Tipo 2 revela uma estrutura financeira sólida, visto que dispões de um Saldo de Tesouraria positivo que lhe permite enfrentar os aumentos temporários da Necessidade de Capital de Giro".

Tipo III



Restrições: ST < 0

NCG > 0

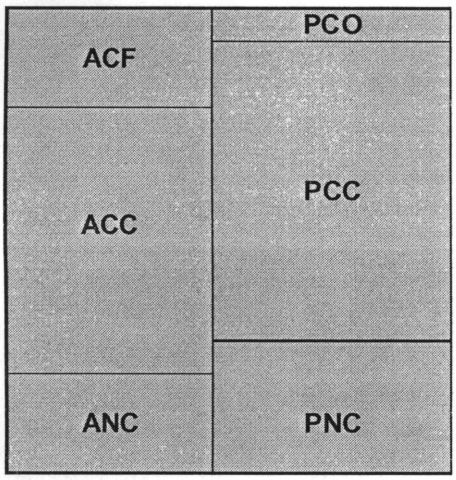
CCL < 0

Condição: ST< CCL < NCG

Situação Financeira Péssima

O Tipo 3 configura uma estrutura financeira típica de empresa que luta por sua sobrevivência. As empresas cujos balanços são semelhantes aos de Tipo 3 tendem a desaparecer ou sobrevivem graças à ajuda do Estado (empresas estatais). De fato, a empresa apresenta risco de insolvências elevado, pois financia suas aplicações permanentes de fundos (NCG e parto do ativo permanente) com fundos de curto prazo que podem não ser renovados. (FLEURIET, 2003, página 16).

Tipo IV



Restrições: ST > 0

NCG < 0

CCL > 0

Condição: ST > CCL > NCG

Situação Financeira Excelente

De acordo com FLEURIET (2003, p. 16) "a maioria das empresas que apresenta balanço do Tipo 4 dedica-se à distribuição de mercadorias que são vendidas à vista e adquiridas a prazo. Os supermercados encontram-se nessa situação. A sua posição financeira é excelente quando as vendas aumentam, podendo tornar-se inquietante quando diminuem".

2.7 A AUDITORIA E A ANÁLISE DA DINÂMICA FINANCEIRA

Conforme explanado nos tópicos anteriores a auditoria faz uso de uma ferramenta de análise de balanços a Análise através de Índices como forma de complementar os testes de auditoria e proporcionar mais segurança ao auditor na emissão de sua opinião. A análise através de índices é utilizada no procedimento de auditoria chamado Revisão Analítica, o qual auxilia o auditor na identificação das áreas prioritárias ou com problemas, que deverão ser foco durante a realização dos testes de auditoria.

Propõe-se a implementação do método da Análise da Dinâmica Financeira justamente durante o procedimento de revisão analítica, pois este método permite conhecer a real situação financeira da companhia, identificando os pontos fracos, além de ser a ferramenta mais adequada para atender à uma das Normas de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis – NBC T 11: a continuidade normal dos negócios da entidade submetida a auditoria.

3. METODOLOGIA

No presente trabalho discute-se a implementação de uma técnica específica de análise de balanços (método Fleuriet) aos procedimentos de auditoria. Abordando o contexto das Demonstrações financeiras de empresas que utilizam os trabalhos de auditoria para fins gerenciais (planejamento financeiro). Tendo como objeto de estudo a técnica Análise da dinâmica financeira (modelo Fleuriet).

3.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Os objetivos específicos abordados pela técnica da pesquisa bibliográfica, segundo livros relacionados ao tema, conforme segue:

- Exibir os procedimentos obrigatórios em um trabalho de auditoria contábil, identificando em qual etapa da auditoria enquadram-se as técnicas de análises de balanços. Objetivo alcançado através de pesquisas, apresentando os procedimentos obrigatórios para o desenvolvimento de todo e qualquer trabalho de auditoria contábil.

- Apresentar fundamentação teórica sobre o funcionamento do modelo Fleuriet. Objetivo alcançado através de pesquisas, com apresentação do conceito, aplicabilidade e forma prática de implementação da técnica da Análise de Dinâmica Financeira

- Estudar maneiras de associar as necessidades de auditoria com as informações geradas pelo método da Dinâmica Financeira. Com base nas pesquisas bibliográficas realizadas estudar os pontos em que é possível implementar a Dinâmica Financeira à Auditoria.

- Realizar um estudo de caso em uma empresa S/A de capital aberto comparando os resultados obtidos mediante a utilização do modelo Fleuriet como ferramenta auxiliar nos testes de auditoria e os

resultados obtidos em uma auditoria convencional (análise de indicadores financeiros). Após de realizada a comparação entre o método tradicional e o método de Análise da Dinâmica Financeira, descrever com base em evidências sobre as informações levantadas no estudo de caso.

3.2 CLASSIFICAÇÃO DO ESTUDO

Para a realização do trabalho foram adotados dois tipos de pesquisa, sendo primeiramente a utilizada a pesquisa bibliográfica e em seguida o estudo de caso.

3.2.1 Pesquisa Bibliográfica

De acordo com MARTINS / LINTZ (2000, p.29) "a pesquisa bibliográfica procura explicar e discutir um tema ou um problema com base em referências teóricas publicadas em livros, revistas, periódicos etc. Busca conhecer e analisar contribuições científicas sobre determinado tema".

3.2.2 Estudo de Caso

O estudo de caso é uma técnica de pesquisa que, segundo MARTINS/ LINTZ (2000, p.36), tem como objetivo "o estudo de uma unidade que se analisa profunda e intensamente". O estudo de caso é uma "investigação empírica que pesquisa fenômenos dentro do seu contexto real (pesquisa naturalística)".

Em um estudo de caso o pesquisador não tem controle sobre eventos e variáveis, buscando abranger a totalidade de um situação e, criativamente, descrever, compreender e interpretar a complexidade de um caso concreto.

Ainda de acordo com MARTINS/ LINTZ (2000, p.36) "o trabalho de campo – estudo de caso – é precedido pela exposição do problema de pesquisa".

3.3 PROBLEMATIZAÇÃO

No presente trabalho busca-se propor formas de complementação dos procedimentos de auditoria através da integração com a Análise da Dinâmica Financeira.

3.4 PROBLEMA DA PESQUISA

O problema que norteia o trabalho é representado pelo seguinte questionamento: A técnica contábil Análise da Dinâmica Financeira / Método Fleuriet atende às necessidades dos auditores no desenvolvimento de seus trabalhos?

3.5 JUSTIFICATIVA PARA O PROBLEMA

A justificativa para o problema apresentado acima é de contribuir para a complementação da metodologia de trabalho atualmente adotada por uma organização prestadora de serviços de auditoria, visando a melhoria da eficiência e eficácia nos trabalhos realizados.

4. ESTUDO DE CASO

4.1 A EMPRESA

Utilizou-se para a realização do estudo de caso as demonstrações financeiras de uma empresa S/A de capital aberto pertencente ao ramo do agro-negócio, a qual atua na fabricação e comercialização de café solúvel e derivados no mercado interno e externo.

As demonstrações financeiras foram obtidas através de consulta ao website da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (disponível em www.cvm.gov.br).

4.2 RECLASSIFICAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

4.2.1 Metodologia para reclassificação e Atualização das Contas

Para que seja possível a aplicação de métodos de análise de balanços é necessário que as demonstrações financeiras, obtidas no website da CVM, sejam reestruturadas e atualizadas, com o intuito de prepará-las de modo a possibilitar um melhor "retrato" da empresa. Foram realizados os seguintes procedimentos:

- **Padronização e Reclassificação das Demonstrações:**

  1) Reclassificação de uma conta do Ativo Circulante, "Despesas pagas antecipadamente" passando do subgrupo "Outros" para "Despesas a Apropriar".

  2) Reclassificação da conta "Almoxarifado", "Adiantamento a Fornecedores" e "Importações em Andamento" que se encontravam no Ativo Circulante, no grupo Estoques, transferidas para o subgrupo "Realizável a Curto Prazo", tendo em vista que tais contas ainda não configuram como estoques efetivamente.

- **Eliminação dos efeitos da inflação:**

Utilização do conversor de atualização IGPM, para atualização dos valores referentes à períodos anteriores, conforme a tabela abaixo:

IGPM	Acumulado	Indice para correção
2005	806,0744	1,1189
2006	837,0891	1,0775
2007	901,9323	1,0000

O "Índice para correção" foi obtido através da Divisão do IGPM acumulado de 2007 pelo IGPM do ano que se pretende retirar os efeitos inflacionários. Feito isso, as demonstrações de 2005 e 2006 foram multiplicadas por esses índices obtidos.

No tópico seguinte as demonstrações financeiras da companhia selecionada para execução do estudo de caso serão apresentadas já reclassificadas e atualizadas.

4.3 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EMPRESA S/A DE CAPITAL ABERTO

4.3.1 Balanço Patrimonial

Descrição da Conta	31/12/2005	31/12/2006	31/12/2007
Ativo Total	278.900,74	284.784,17	279.172,00
Ativo Circulante	116.674,20	123.077,49	112.132,00
Disponibilidades	741,84	2.137,69	1.134,00
Créditos	7.327,80	8.588,46	6.712,00
Estoques	48.850,90	55.904,15	55.647,00
Realizável a Curto Prazo	58.570,96	55.310,47	47.650,00
Despesas a Apropriar	1.182,70	1.136,72	989,00
Ativo Realizável a Longo Prazo	32.565,03	29.998,72	30.615,00
Créditos com Pessoas Ligadas	4.065,03	3.653,68	2.146,00
Outros	28.500,00	26.345,04	28.469,00
Ativo Permanente	129.661,50	131.707,97	136.425,00
Investimentos	47.885,28	56.982,69	69.379,00
Imobilizado	81.776,23	74.725,27	67.046,00
Intangível	0,00	0,00	0,00
Diferido	0,00	0,00	0,00

Descrição da Conta	31/12/2005	31/12/2006	31/12/2007
Passivo Total	278.900,74	284.784,17	279.172,00
Passivo Circulante	68.853,83	77.773,41	67.659,00
Empréstimos e Financiamentos	49.597,22	65.125,08	54.681,00
Fornecedores	4.694,99	3.934,89	3.503,00
Impostos, Taxas e Contribuições	434,14	376,03	432,00
Provisões	9.260,18	3.604,11	3.629,00
Dívidas com Pessoas Ligadas	95,11	35,56	23,00
Outros	4.772,19	4.697,74	5.391,00
Passivo Exigível a Longo Prazo	16.454,83	14.555,44	18.353,00
Empréstimos e Financiamentos	6.634,07	3.801,29	17,00
Provisões	6.660,93	10.583,92	11.687,00
Dívidas com Pessoas Ligadas	3.159,83	170,24	6.649,00
Patrimônio Líquido	193.592,08	192.455,31	193.160,00
Capital Social Realizado	91.021,86	87.649,44	81.348,00
Reservas de Capital	21.213,59	20.427,62	18.959,00
Reservas de Lucro	81.356,63	84.378,26	92.853,00
Lucros/Prejuízos Acumulados	0,00	0,00	0,00

4.3.2 Demonstração do Resultado do Exercício

Descrição da Conta	31/12/2007	31/12/2006	31/12/2005
Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	**276.102,00**	**270.115,59**	**273.745,87**
Deduções da Receita Bruta	(22.751,00)	(20.468,56)	(20.250,20)
Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	**253.351,00**	**249.647,04**	**253.495,67**
Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(217.728,00)	(196.795,33)	**(208.512,87)**
Resultado Bruto	**35.623,00**	**52.851,70**	**44.982,80**
Despesas/Receitas Operacionais	**(8.493,00)**	**(35.642,47)**	**(49.552,47)**
Com Vendas	(24.088,00)	(24.708,38)	(33.858,50)
Gerais e Administrativas	(19.475,00)	(24.166,41)	(24.964,21)
Financeiras	14.629,00	1.888,79	3.362,35
Outras Receitas Operacionais	4.525,00	1.214,30	1.127,87
Outras Despesas Operacionais	(569,00)	(748,84)	(830,24)
Resultado da Equivalência Patrimonial	16.485,00	10.878,06	5.610,26
Resultado Operacional	**27.130,00**	**17.209,23**	**(4.569,67)**
Resultado Não Operacional	513,00	70,04	279,73
Resultado Antes Tributação/Participações	**27.643,00**	**17.279,27**	**(4.289,94)**
Provisão para IR e Contribuição Social	(2.284,00)	(933,08)	(5,59)
IR Diferido	2.912,00	2.150,62	6.533,37
Participações/Contribuições Estatutárias	(2.399,00)	(1.817,68)	(853,74)
Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	-	-	-
Lucro/Prejuízo do Período	**25.872,00**	**16.679,12**	**1.384,10**

4.4 ANÁLISE ATRAVÉS DE ÍNDICES

GRUPO	DENOMINAÇÃO	INDICES DA EMPRESA			
		FÓRMULAS	2005	2006	2007
ANÁLISE FINANCEIRA	Liquidez Imediata	Disponível / Passivo Circulante	0,01	0,03	0,02
	Liquidez Seca	Ativo circulante - estoques / Passivo Circulante	0,99	0,86	0,83
	Liquidez Corrente	Ativo circulante / Passivo Circulante	1,69	1,58	1,66
	Liquidez Geral	Ativo circulante + Realizável a Longo Prazo / Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo	1,75	1,66	1,66
ANÁLISE ESTRUTURAL	Participação do Capital de Terceiros	Capital de Terceiros / Patrimônio Líquido	44,07%	47,97%	44,53%
	Composição de Exigibilidade	Passivo Circulante / Capital de Terceiros	80,71%	84,24%	78,66%
	Imobilização de Recursos Próprios	Ativo Permanente / Patrimônio Líquido	66,98%	68,44%	70,63%
	Capitalização	Capitais Próprios Médio / Ativo Médio		68,49%	68,38%
ANÁLISE ECONÔMICA	Margem Líquida	Lucro Líquido / Vendas Líquidas	0,55%	6,68%	10,21%
	Rentabilidade do Ativo	Lucro Líquido / Ativo Médio		5,92%	9,18%
	Rentabilidade do Patrimônio Líquido	Lucro Líquido / Patrimônio Líquido Médio		8,64%	13,42%
	Produtividade	Vendas Líquidas / Ativo Médio		0,89	0,90

4.4.1 Análise Financeira

Liquidez Imediata

Com um índice de 0,01 em 2005, verifica-se que a empresa possui disponível somente R$ 0,01 para cada R$ 1,00 que deve, ou seja, a liquidez encontra-se deficiente nesse período. Em 2006 há uma leve melhora, passando para 0,03 ainda insatisfatória e em 2007 sofre nova queda, apresentando 0,02 de disponível.

Liquidez Seca

Excluindo o item menos líquido do ativo circulante, a conta Estoques, encontra-se a liquidez seca. Nota-se que em 2005 a Liquidez Seca pode ser considerada satisfatória, pois para cada R$ 1,00 de dívida contraída com terceiros a

curto prazo a empresa pode fazer frente com R$ 0,99 de Ativo Líquido menos os estoques. Já em 2006 esse índice sofre queda passando para 0,86 e, em 2007 fecha o período com somente 0,83.

Liquidez Corrente

É uma medida de liquidez a curto prazo que indica como os ativos e passivos circulantes serão convertidos em caixa. Percebe-s que em 2005 para cada R$ 1,00 de Capital de terceiros a curto prazo a empresa possui R$ 1,69 de Circulante, aparentemente demonstra-se que a Cia depende da desova de estoque para poder sanar as suas dívidas, visto que o estoque tem grande representatividade no grupo Ativo Circulante. Essa situação de sobra de R$0,69 denota a existência de Capital Circulante líquido. Em 2006 esse índice tem um decréscimo contando com apenas R$ 0,58 além do necessário para o cumprimento das obrigações a curto prazo e, em 2007 aumenta tendo a empresa um índice de 0,84, ou seja, o capital de terceiros a curto prazo é coberto 1,84 vezes.

Liquidez Geral

Nota-se que o índice de Liquidez Geral de 2005, igual a 1,75, indica que para cada R$ 1,00 de dívida a empresa apresenta sobra de R$ 0,75 depois de saná-las confirmando a existência de Capital de Giro Próprio. Já em 2006, com um índice de 1,66, dispõe de uma folga de R$0,66. No ano seguinte esse índice se mantém. Vale ressaltar que os índices acima citados são reflexos da existência de aproximadamente o dobro de Créditos a Longo Prazo em relação as Dívidas com terceiros a Longo Prazo.

4.4.2 Análise Estrutural

Participação de Capital de Terceiros

Verifica-se que esse índice mostra o nível de endividamento da empresa que em 2005, para cada R$ 100,00 de capital próprio investido, possuí R$ 44,07 de capital de terceiros, ou seja, um índice de 44,07% de endividamento. Aumentando em 2006 para 47,97% e no ano seguinte, caindo para 44,53%. Percebe-se que a proporção entre capitais de terceiros e patrimônio líquido se mantém, com exceção

de 2006 quando a conta de empréstimos e financiamentos a curto prazo teve um aumento significativo em relação a 2005 ocasionando o aumento do índice. Em 2007 o índice de endividamento caiu revelando que além de sanar parte das dívidas, a Cia não contraiu novos empréstimos.

Composição de Exigibilidade

Percebe-se que em 2005 para cada R$ 100,00 tomados de terceiros, R$ 80,71 são devidos a curto prazo. No ano seguinte, esse índice sobe para 84,24%, e em 2007 sofre leve queda ficando na casa dos 78,66%. Nota-se que o perfil da dívida da Cia é de Curto prazo já que a maior parte do capital de terceiros está no Passivo Circulante, ou seja, valores devidos devem ser pagos em menos de 1 ano.

Imobilização de Recursos Próprios

Constata-se que o índice de imobilização em 2005 é de 66,98%. Isto significa que para cada R$ 100,00 existente de capital próprio, a empresa aplicou R$ 66,98 no Permanente, ou seja, imobilizou a maior parte do Patrimônio Líquido. Em 2006 imobilizou 68,44% do seu PL, destinando os 31,56% restantes para aplicações no curto e longo prazo e, no ano seguinte, apurou índice de 70,63% de imobilização de recursos. Analisa-se que o motivo deste aumento crescente é o maior investimento em Participações em Controladas.

Capitalização

Verifica-se que como a base de cálculo é pelo Ativo Médio e Capitais próprios médios, não há índice para o primeiro ano, 2005. Para o ano de 2006, a capitalização é de 68,49%, isso significa dizer que a cada R$ 100,00 aplicados no ativo, R$ 68,49 são provenientes de capital próprio, em 2007 esse índice sobe para 70,63%. Nota-se que a Cia tem seus investimentos a curto e longo prazo sustentados uma boa parte por seu próprio capital, já que apresenta nos três períodos analisados a existência de capital de giro próprio.

4.4.3 Análise Econômica

Margem Líquida

Verifica-se que esse índice indica exatamente quanto a empresa obteve de lucro para cada R$ 100,00 vendidos. Em 2005 esse índice ficou em 0,55%, ou seja, o lucro líquido foi de R$ 0,55 e o restante são custos e despesas. Em 2006 o índice melhorou, quando auferiu lucros de 6,68% sobre suas vendas líquidas, já em 2007, considerável melhora na lucratividade elevou o índice à casa dos 10,21%.

Rentabilidade do Ativo

Não é necessariamente uma medida de rentabilidade do capital, mas uma medida de capacidade de gerar lucro e assim capitalizar-se. É na verdade uma medida de desempenho da empresa. No primeiro ano não houve índice pelo fato de ser o primeiro período a ser analisado e esse índice é calculado pelo ativo médio. Em 2006 o lucro líquido representou 5,92% do ativo médio, ou seja, para cada R$ 100,00 investido obteve R$ 5,92 de retorno, tendo um acréscimo em 2007 quando apresentou 9,18% de retorno sobre o ativo. Se considerarmos o índice de 2007, a empresa demoraria aproximadamente 11 anos para dobrar o Ativo.

Rentabilidade do Patrimônio Líquido

Percebe-se que não há índice para o ano de 2005 pelo mesmo motivo do item acima, só que para este índice o cálculo é feito utilizando-se o PL médio da empresa. Demonstrando a taxa de rendimento do Capital Próprio, a rentabilidade do patrimônio líquido pode ser comparada com a taxa de outros rendimentos no mercado financeiro. Em 2005, a Cia apresenta taxa de 8,64%, indicando que para cada R$ 100,00 de capital próprio investido o lucro foi de R$ 8,64. No ano seguinte, observa-se um aumento, período em que a taxa de rendimento chega aos 13,42%.

Produtividade

Indica o Giro da empresa, ou seja, o lucro obtido por cada real investido do ativo. Nos dois anos a empresa possui um índice sem variações relevantes, sendo 0,89 o índice de produtividade de 2006 e 0,90 o de 2007. Indicando que para cada

R$ 1,00 investido, foram vendidos R$ 0,89 e R$ 0,90 respectivamente. Pode-se considerar situação razoável e constante.

4.4.4 Conclusões Análise através de Índices

Financeiramente, com exceção da Liquidez imediata nota-se uma situação satisfatória em todos os períodos analisados. Demonstra-se que a companhia depende da venda de estoques para o pagamento de todas as suas dívidas e ainda que os seus valores a receber em longo prazo são bastante superiores aos devidos no mesmo período de tempo.

Estruturalmente a situação da empresa apresenta-se favorável, pois, ao fazer a distribuição do PL, destinando a maior parte para o Ativo Permanente e o restante investindo em Capital de Giro, percebe-se que a empresa não está em mãos de terceiros para o financiamento de seu giro comercial e não depende desses terceiros para o financiamento de seu parque industrial.

Economicamente, apesar da margem líquida baixa no primeiro ano analisado, ela mostra-se crescente nos próximos períodos. O potencial de geração de lucro da empresa também se apresenta em crescimento, aumentando o poder de capitalização. Em se tratando de produtividade apresenta índices altos e constantes.

4.5 ANÁLISE DA DINÂMICA FINANCEIRA

4.5.1 Reclassificação do Balanço Patrimonial

As contas apresentadas no Balanço Tradicional agora apresentam-se classificadas para fins de Análise da Dinâmica Financeira conforme a seguir:

Descrição da Conta	31/12/2005	31/12/2006	31/12/2007
Ativo Total	**249.259**	**264.310**	**279.172**
Ativo Circulante Financeiro (ACF)	**1.240**	**8.758**	**2.105**
Disponibilidades	663	1.984	1.134
Outros	577	6.774	971
Ativo Circulante Cíclico (ACC)	**103.034**	**105.471**	**110.027**
Créditos	6.549	7.971	6.712
Estoques	51.817	59.246	62.695
Outros	44.668	38.254	40.620
Ativo Não Circulante (ANC)	**144.985**	**150.081**	**167.040**
Créditos com Pessoas Ligadas	3.633	3.391	2.146
Outros	25.471	24.451	28.469
Investimentos	42.796	52.886	69.379
Imobilizado	73.085	69.353	67.046
Intangível	0	0	0
Diferido	0	0	0

Descrição da Conta	31/12/2005	31/12/2006	31/12/2007
Passivo Total	**249.259**	**264.310**	**279.172**
Passivo Circulante Oneroso (PCO)	**44.411**	**60.476**	**54.704**
Empréstimos e Financiamentos	44.326	60.443	54.681
Dívidas com Pessoas Ligadas	85	33	23
Passivo Circulante Cíclico (PCC)	**17.125**	**11.706**	**12.955**
Fornecedores	4.196	3.652	3.503
Impostos, Taxas e Contribuições	388	349	432
Provisões	8.276	3.345	3.629
Outros	4.265	4.360	5.391
Passivo Não Circulante (PNC)	**187.723**	**192.128**	**211.513**
Empréstimos e Financiamentos	5.929	3.528	17
Provisões	5.953	9.823	11.687
Dívidas com Pessoas Ligadas	2.824	158	6.649
Capital Social Realizado	81.348	81.348	81.348
Reservas de Capital	18.959	18.959	18.959
Reservas de Lucro	72.710	78.312	92.853
Lucros/Prejuízos Acumulados	-	-	-

4.5.2 Cálculos para Análise Dinâmica

4.5.2.01 Saldo de Tesouraria (ST)

O Saldo de Tesouraria representa os recursos de curto prazo que poderão sobrar (ST positivo) ou faltar (ST negativo) no caixa da empresa. Essa variável é obtida pela diferença entre o Ativo Circulante Financeiro e o Passivo Circulante Oneroso.

$$ST = ACF - PCO$$

Memória de Cálculo da Companhia S/A de Capital Aberto:

Cálculo do Saldo de Tesouraria (ST)

	2005	2006	2007
(+) ACF	1.240	8.758	2.105
(-) PCO	44.411	60.476	54.704
(=) ST	**(43.171)**	**(51.718)**	**(52.599)**

4.5.2.02 Índice Operacional em Giro (IOG)

Também conhecido como Necessidade de Capital de Giro (NCG) está ligado diretamente às contas cíclicas do ativo e passivo (contas ligadas as operações da empresa). O IOG pode ser negativo ou positivo: quando positivo demonstra que a empresa necessita de recursos para o giro dos negócios; quando negativo demonstra que empresa possui fontes de recursos suficientes para financiar o giro e ainda dispõe de sobra que pode ser utilizar para financiar outras aplicações.

$$IOG = ACC - PCC$$

Memória de Cálculo da Companhia S/A de Capital Aberto:

Cálculo Índice Operacional em Giro (IOG)

	2005	2006	2007
(+) ACC	103.034	105.471	110.027
(-) PCC	17.125	11.706	12.955
(=) IOG	**85.909**	**93.765**	**97.072**

4.5.2.03 Capital Circulante Líquido (CCL)

Pode se calcular o CCL de duas maneiras: através da diferença entre o Passivo Não Circulante e o Ativo Não Circulante, ou ainda, através do somatório do Saldo de Tesouraria com o Índice Operacional em Giro. Quando o CCL for positivo maior será a liquidez da empresa, o que proporciona certa segurança de equilíbrio financeiro. Já quando for negativo indica que a empresa está passando por dificuldades financeiras, pois está utilizando recursos de curto prazo para financiar parte do ativo permanente.

$$CCL = PNC - ANC \text{ ou } CCL = ST + IOG$$

Memória de Cálculo da Companhia S/A de Capital Aberto:

Cálculo Capital Circulante Líquido (CCL) - 1

	2005	2006	2007
(+) ST	(43.171)	(51.718)	(52.599)
(+) IOG	85.909	93.765	97.072
(=) CCL	**42.738**	**42.047**	**44.473**

Cálculo Capital Circulante Líquido (CCL) - 2

	2005	2006	2007
(+) PNC	187.723	192.128	211.513
(-) ANC	144.985	150.081	167.040
(=) CCL	**42.738**	**42.047**	**44.473**

4.5.2.04 Análise Avançada do Capital de Giro

Análise Dinâmica - 2005

ST	(43.171)
IOG	85.909
CCL	42.738

Restrição : ST < 0 ; CCL > 0 ; IOG > 0

Condição: ST < CCL < IOG

(43.171) < 42.738 < 85.909

TIPO I : Situação Insatisfatória LC = 1,69

Análise Dinâmica - 2006

ST	(51.718)
IOG	93.765
CCL	42.047

Restrição : ST < 0 ; CCL > 0 ; IOG > 0

Condição: ST < CCL < IOG

(51.718) < 42.047 < 93.765

TIPO I : Situação Insatisfatória LC = 1,58

Análise Dinâmica - 2007

ST	(52.599)
IOG	97.072
CCL	44.473

Restrição : ST < 0 ; CCL > 0 ; IOG > 0

Condição: ST < CCL < IOG

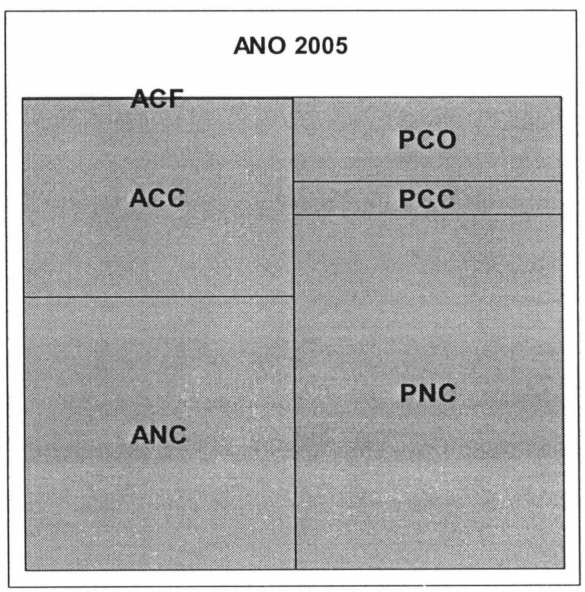
(52.599) < 44.473 < 97.072

LC = 1,66

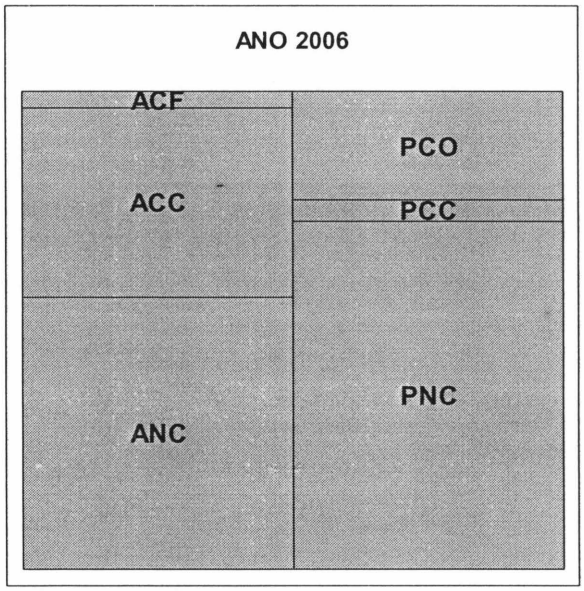
TIPO I : Situação Insatisfatória

4.5.3 Gráficos por Tipos de Estrutura de Balanço

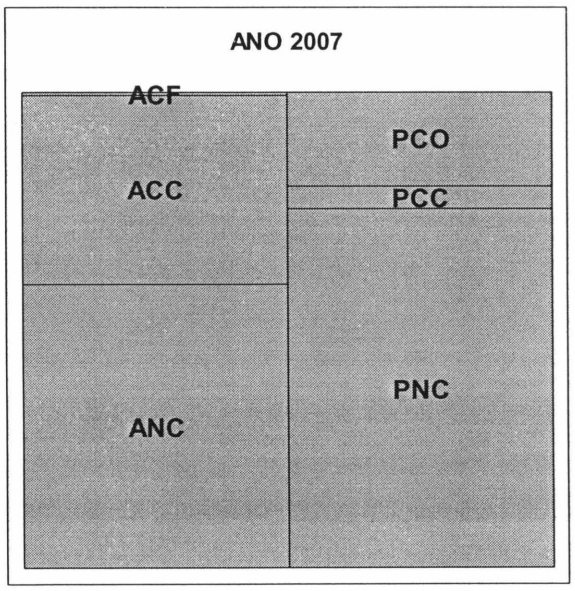
Ano de 2005 – Gráfico Tipo I



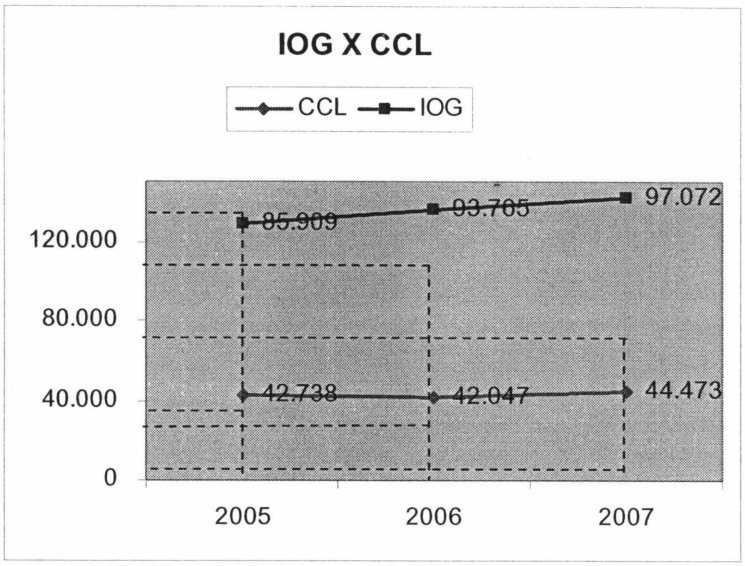
Ano de 2006 – Gráfico Tipo I



Ano de 2007 – Gráfico Tipo I



4.5.4 Gráfico IOG X CCL



4.5.5 Comentários

Com base nos resultados obtidos de ST, IOG e CCL, identifica-se a situação financeira da companhia e classifica-a de acordo com os Tipos de Estrutura de Balanço, assim diagnosticou-se que a empresa manteve-se constante nos três períodos analisados, enquadrando-se no Tipo I.

O Tipo I é composto por: ST Negativo e menor que o CCL; CCL positivo e menor que o IOG, consequentemente o IOG é positivo e maior que o CCL. Este tipo de balanço indica situação financeira insatisfatória, ou seja, há uma insuficiência de recursos operacionais para a manutenção das atividades, caracterizando uma situação de dependência fontes de recursos de curto prazo, que são utilizadas de forma complementar.

O CCL positivo representa a liquidez da empresa. O ST negativo significa que o CCL é insuficiente para garantir a manutenção do atual nível de atividade

operacional. Na companhia analisada o CCL positivo é inferior ao IOG , ou seja, a empresa possui liquidez, porém essa liquidez é baixa. As fontes de recursos são insuficientes para financiar o giro dos negócios, dessa forma a companhia apresenta necessidade de recurso para o giro, o que poderá ser financiado por recursos próprios e/ou de terceiros de curto e longo prazos.

Como resultado da análise do gráfico IOG x CCL verifica-se que, com exceção do ano de 2006, quando o CCL apresentou leve queda, nos demais períodos o IOG e o CCL têm se mostrado crescentes, no entanto o saldo da diferença entre o CCL e o IOG está aumentando. Essa distância entre o CCL e o IOG é Saldo de Tesouraria, em outras palavras, o ST negativo da companhia analisada está aumentando.

Para uma situação financeira sólida, o ideal é que o Capital Circulante Líquido (CCL) seja positivo e maior do que o a Necessidade de Capital de Giro (NCG ou IOG), dessa forma o CCL seria suficiente para financiar o NCG e ainda gerar um saldo positivo de tesouraria. Porém como verificado anteriormente a companhia analisada encontra-se em uma situação divergente a essa.

4.6 RESULTADO ANÁLISE ATRAVÉS DE ÍNDICES X ANÁLISE DA DINÂMICA FINANCEIRA

Com base na Análise através de Índices efetuada sobre as Demonstrações Financeiras da companhia identificou-se que: Estruturalmente a companhia encontra-se em situação favorável, pois não depende de terceiros para o financiamento do giro comercial e de seu parque industrial; Do ponto de vista econômico a situação não é das melhores, a margem líquida da companhia foi baixa no primeiro período analisado,

no entanto, apresenta-se crescente assim como o potencial de geração de lucro da empresa nos períodos seguintes; Já a situação financeira da companhia, em linhas gerais, apresenta-se satisfatória nos três períodos analisados, com exceção do índice de liquidez imediata que apresenta-se deficiente ou insatisfatório em todos os períodos, o que significa dizer que a companhia prefere não manter recursos monetários em caixa, devido à sua baixa rentabilidade, preferindo aplica-los em outros ativos. Em decorrência dessa opção os recursos monetários são insuficientes para liquidar as dívidas de curto prazo imediatamente.

Considere-se que foi efetuado todo o trabalho de auditoria para as Demonstrações Financeiras da companhia em 31/12/07, e que após o cumprimento de todo o programa de auditoria não foram identificados ajustes materiais e erros. Se durante esse trabalho de auditoria fosse utilizada a Análise através de Índices como ferramenta auxiliar, o auditor emitiria um Parecer Limpo, sem ressalvas, validando as demonstrações da companhia na referida data. Adicionalmente seria elaborado o Relatório de Recomendações, no qual seria mencionada a baixa margem líquida, solicitando maior atenção dos administradores quanto à lucratividade sobre as vendas.

Com base na Análise Dinâmica efetuada sobre as Demonstrações Financeiras da companhia identificou-se que: a situação financeira da companhia é insatisfatória nos três períodos analisados. Os recursos operacionais são insuficientes para financiar o giro dos negócios e a manutenção da atividade da companhia. Nesta situação a empresa recorre ao mercado financeiro para tomada de recursos necessários, o que revela uma maior dependência de capital de terceiros. A liquidez é baixa e o capital de giro é insuficiente para cobrir a Necessidade de Capital de Giro, o que pode levar a empresa a uma situação de insolvência. De acordo com Fleuriet (2003, p.16) a situação não é grave se a Necessidade de Capital de Giro estiver elevada temporariamente, no entanto,

observamos que na companhia analisada a NCG elevada se repete nos três períodos analisados.

Considere-se que foi efetuado um trabalho completo de auditoria para as Demonstrações Financeiras da companhia em 31/12/07, e que após o cumprimento de todo o programa de auditora não foram identificados ajustes materiais e erros. Se durante esse trabalho de auditoria fosse utilizada a Análise da Dinâmica Financeira como ferramenta auxiliar, o auditor emitiria um Parecer Limpo, sem ressalvas, validando as demonstrações da companhia na referida data. Adicionalmente seria elaborado um Relatório de Recomendações, no qual o auditor enfatizaria a insatisfatória situação financeira da companhia, chamando a atenção dos administradores para a necessidade de medidas corretivas e sugerindo formas de melhoria financeira.

5. CONCLUSÕES

Com base nos resultados obtidos no estudo de caso apresentado neste trabalho conclui-se que a utilização do modelo Fleuriet como ferramenta auxiliar nos testes de auditoria não altera o produto fim da auditoria: o parecer. No entanto, pode-se perceber o significativo impacto que este modelo provoca no Relatório de Recomendações emitido pela auditoria.

Pode-se verificar que o trabalho de auditoria não se resume à "simples" emissão de um parecer para atender exigibilidades fiscais e de órgãos reguladores. O auditor com base na experiência adquirida ao longo das inúmeras auditorias de várias empresas de diversos ramos de negócios tem condições de dar recomendações construtivas ao cliente visando o aprimoramento dos controles internos, redução de custos e melhoramento das práticas contábeis e administrativas.

Adicionalmente os fatos relevantes observados pelo auditor durante as análises e testes de auditoria, assim como, as sugestões construtivas que são apresentadas no Relatório-Comentário ou Relatório de Recomendações, tem a função de orientar tomada de decisões dos administradores como forma de melhorar a condução dos negócios da companhia. Pode-se verificar que é justamente nesse relatório, tão importante para a administração de organizações que utilizam a auditoria para fins gerenciais, que o modelo da Dinâmica Financeira influi no trabalho de auditoria.

Demonstrou-se que ao utilizar-se da Análise da Dinâmica Financeira como ferramenta auxiliar durante os trabalhos de auditoria é possível obter a real situação financeira da companhia, alertando-a com antecedência e recomendando maneiras de reverter-se o quadro insatisfatório. Percebe-se que o mesmo não ocorre ao empregar-se a análise através de indicadores econômicos, a qual transmite a idéia

de uma situação satisfatória em todos os sentidos, devido a tratar-se de uma análise estática.

Espera-se que essa visão possa aprimorar o trabalho da auditoria em seu sentido mais apurado, reconhecendo sua importância, não apenas como promotora de uma ação específica, a emissão do parecer de auditoria, mas também como instrumento suporte na tomada de decisões e acompanhamento da eficiência e eficácia dos controles organizacionais.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Auditoria: um curso moderno e completo**, São Paulo: Editora Atlas, 2007.

ASSAF NETO, Alexandre, **Estrutura e Análise de Balanços,** 5ª ed. São Paulo, Atlas, 2002.

BRAGA, Hugo Rocha. **Análise das Demonstrações Financeiras: uma iniciação**, São Paulo: Editora Atlas, 1982.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - CVM. **Demonstrações Financeiras de uma S/A de capital aberto**. Disponível em: <www.cvm.gov.br>. Acesso em: 01 de dezembro de 2008.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **NBC T 11**. Disponível em: <www.cfc.org.br>. Acesso em: 27 de março de 2009.

FLEURIET, M.; KEHDY, R.; BLANC, G. **O Modelo Fleuriet:** a dinâmica financeira das empresas Brasileiras: um novo método de análise, orçamento e planejamento financeiro. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

HELFERT, Erich A. Techniques of Financial Analysis. Illinois: Revised Edidton, 1967.

HENDRIKSEN, Eldon S., BREDA, Michael F.Van. **Teoria da Contabilidade**, São Paulo: Editora Atlas, 1999.

MARTINS, Gilberto de Andrade; LINTZ, Alexandre. Guia para elaboração de monografias e trabalhos de conclusão de curso, São Paulo: Atlas, 2000.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise financeira de balanços: abordagem básica e gerencial**, São Paulo: Editora Atlas, 1998.

PADOVEZE, Clóvis Luís, BENEDICTO, Gideon Carvalho de. **Análise das demonstrações financeiras**, São Paulo: Editora Thomsom, 2004.

7. ANEXOS

7.1 ANEXO – I – NBC T 11

NBC T 11 – NORMAS DE AUDITORIA INDEPENDENTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

11.1 – CONCEITUAÇÃO E DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1.1 – Conceituação e Objetivos da Auditoria Independente

11.1.1.1 – A auditoria independente das demonstrações contábeis constitui o conjunto de procedimentos técnicos que tem por objetivo a emissão de parecer sobre a adequação com que estas representam a posição patrimonial e financeira, o resultado das operações, as mutações do patrimônio líquido e as origens e aplicações de recursos da entidade auditada, consoante as ***Normas Brasileiras de Contabilidade*** e a legislação específica, no que for pertinente.

Parágrafo primeiro. No âmbito das atividades reguladas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM –, aplica-se a Deliberação CVM/29/86.
Parágrafo segundo. Na ausência de disposições específicas, prevalecem as práticas já consagradas pela Profissão Contábil, formalizadas ou não pelos seus organismos próprios.

11.1.1.2 – Salvo declaração expressa em contrário, constante do parecer, entende-se que o auditor considera adequadas as informações divulgadas nas demonstrações contábeis, tanto em termos de conteúdo quanto de forma.

11.1.1.3 – As demonstrações contábeis objeto de auditoria independente, na inexistência de qualquer indicação específica, compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações no patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos, e as notas explicativas que as integram.

11.1.1.4 – O parecer dos auditores independentes tem por limite os próprios objetivos da auditoria das demonstrações contábeis e não representa, pois, garantia de viabilidade futura da entidade ou algum tipo de atestado de eficácia da administração na gestão dos negócios.

11.1.1.5 – O parecer é de exclusiva responsabilidade de contador registrado no Conselho Regional de Contabilidade, nestas normas denominado auditor.

11.1.2 – Procedimentos de Auditoria

11.1.2.1 – Os procedimentos de auditoria são o conjunto de técnicas que permitem ao auditor obter evidências ou provas suficientes e adequadas para fundamentar sua opinião sobre as demonstrações contábeis auditadas e abrangem testes de observância e testes substantivos.

11.1.2.2 – Os testes de observância visam à obtenção de uma razoável segurança de que os procedimentos de controle interno estabelecidos pela administração estão em efetivo funcionamento, inclusive quanto ao seu cumprimento pelos funcionários da entidade.

11.1.2.3 – Os testes substantivos visam à obtenção de evidência quanto à suficiência, exatidão e validade dos dados produzidos pelo sistema contábil da entidade, dividindo-se em:
a) testes de transações e saldos; e
b) procedimentos de revisão analítica.

11.1.3 – Papéis de Trabalho

11.1.3.1 – Os papéis de trabalho são o conjunto de documentos e apontamentos com informações e provas coligidas pelo auditor, que constituem a evidência do trabalho executado e o fundamento de sua opinião.

11.1.3.2 – Os papéis de trabalho são de propriedade exclusiva do auditor, responsável por sua guarda e sigilo.

11.1.4 – Fraude e Erro

11.1.4.1 – O termo "fraude" aplica-se a atos voluntários de omissão e manipulação de transações, adulteração de documentos, registros e demonstrações contábeis.

11.1.4.2 – O termo "erro" aplica-se a atos involuntários de omissão, desatenção, desconhecimento ou má interpretação de fatos na elaboração de registros e demonstrações contábeis.

11.1.4.3 – Ao detectar erros relevantes e quaisquer fraudes no decorrer dos seus trabalhos, o auditor tem a obrigação de comunicá-los à administração da entidade e sugerir medidas corretivas, informando sobre os possíveis efeitos no seu parecer, caso elas não sejam adotadas.

11.1.4.4 – A responsabilidade primária na prevenção e detecção de fraudes e erros é da administração da entidade, através da implementação e manutenção de adequado sistema contábil e de controle interno. Entretanto, o auditor deve planejar seu trabalho de forma a detectar fraudes e erros que impliquem efeitos relevantes nas demonstrações contábeis.

11.2 – NORMAS DE EXECUÇÃO DOS TRABALHOS

11.2.1 – Planejamento da Auditoria

11.2.1.1 – O auditor deve planejar seu trabalho consoante as ***Normas Brasileiras de Contabilidade*** e de acordo com os prazos e demais compromissos contratualmente assumidos com a entidade.

11.2.1.2 – O planejamento pressupõe adequado nível de conhecimento sobre o ramo de atividade, negócios e práticas operacionais da entidade.

11.2.1.3 – O planejamento deve considerar todos os fatores relevantes na execução dos trabalhos, especialmente os seguintes:

a) o conhecimento detalhado do sistema contábil e de controles internos da entidade e seu grau de confiabilidade;
b) os riscos de auditoria;
c) a natureza, oportunidade e extensão dos procedimentos de auditoria a serem aplicados;
d) a existência de entidades associadas, filiais e partes relacionadas; e
e) o uso dos trabalhos de outros auditores independentes, especialistas e auditores internos.

11.2.1.4 – O auditor deve documentar seu planejamento geral e preparar programa de trabalho por escrito, detalhando o que for necessário à compreensão dos procedimentos que serão aplicados, em termos de natureza, oportunidade e extensão.

11.2.1.5 – O programa de auditoria deve ser detalhado de forma a servir como guia e meio de controle do progresso dos trabalhos.

11.2.1.6 – O planejamento da auditoria, quando incluir a designação de equipe técnica, deve prever a orientação e a supervisão do auditor, que assumirá total responsabilidade pelos trabalhos executados.

11.2.1.7 – A utilização de equipe técnica deve ser prevista de maneira a fornecer razoável segurança de que o trabalho venha a ser executado por pessoa com capacitação profissional, independência e treinamento requeridos nas circunstâncias.

11.2.1.8 – O planejamento e os programas de trabalho devem ser revisados e atualizados sempre que novos fatos o recomendarem.

11.2.2 – Relevância

11.2.2.1 – Os exames de auditoria devem ser planejados e executados na expectativa de que os eventos relevantes relacionados com as demonstrações contábeis sejam identificados.

11.2.2.2 – A relevância deve ser considerada pelo auditor quando:

a) determinar a natureza, oportunidade e extensão dos procedimentos de auditoria;
b) avaliar o efeito das distorções sobre os saldos, denominação e classificação das contas; e
c) determinar a adequação da apresentação e da divulgação da informação contábil.

11.2.3 – Risco de Auditoria

11.2.3.1 – Risco de auditoria é a possibilidade de o auditor vir a emitir uma opinião tecnicamente inadequada sobre demonstrações contábeis significativamente incorretas.

11.2.3.2 – A análise dos riscos de auditoria deve ser feita na fase de planejamento dos trabalhos, considerando a relevância em dois níveis:

a) em nível geral, considerando as demonstrações contábeis tomadas no seu conjunto, bem como os negócios, qualidade da administração, avaliação do sistema contábil e de controles internos, e situação econômica e financeira da entidade; e
b) em níveis específicos, relativos ao saldo das contas ou natureza e volume das transações.

11.2.4 – Supervisão e Controle de Qualidade

11.2.4.1 – Na supervisão dos trabalhos da equipe técnica, o auditor deve executar as seguintes funções, durante a execução da auditoria:

a) avaliar o cumprimento do planejamento e do programa de trabalho;
b) avaliar se as tarefas distribuídas à equipe técnica estão sendo cumpridas no grau de competência exigido;
c) resolver questões significativas quanto à aplicação das *Normas Brasileiras de Contabilidade*;
d) avaliar se os trabalhos foram adequadamente documentados e os objetivos dos procedimentos técnicos alcançados; e
e) avaliar se as conclusões obtidas são resultantes dos trabalhos executados e permitem ao auditor fundamentar sua opinião sobre as demonstrações contábeis.

11.2.4.2 – O auditor deve instituir um programa de controle de qualidade visando a avaliar, periodicamente, se os serviços executados são efetuados de acordo com as ***Normas Brasileiras de Contabilidade.***

11.2.5 – Estudo e Avaliação do Sistema Contábil e de Controles Internos

11.2.5.1 – O sistema contábil e de controles internos compreende o plano de organização e o conjunto integrado de métodos e procedimentos adotados pela entidade na proteção do seu patrimônio, promoção da confiabilidade e tempestividade dos seus registros e demonstrações contábeis, e da sua eficácia operacional.

11.2.5.2 – O auditor deve efetuar o estudo e a avaliação do sistema contábil e de controles internos da entidade, como base para determinar a natureza, oportunidade e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria.

11.2.5.3 – O sistema contábil e de controles internos é de responsabilidade da administração da entidade, porém o auditor deve efetuar sugestões objetivas para seu aprimoramento, decorrentes de constatações feitas no decorrer do seu trabalho.

11.2.6 – Aplicação dos Procedimentos de Auditoria

11.2.6.1 – A aplicação dos procedimentos de auditoria deve ser realizada através de provas seletivas, testes e amostragens, em razão da complexidade e volume das operações, cabendo ao auditor, com base na análise de riscos de auditoria e outros elementos de que dispuser, determinar a amplitude dos exames necessários à obtenção dos elementos de convicção que sejam válidos para o todo.

11.2.6.2 – Na aplicação dos testes de observância e substantivos, o auditor deve considerar os seguintes procedimentos técnicos básicos:

a) ***inspeção*** – exame de registros, documentos e de ativos tangíveis;
b) ***observação*** – acompanhamento de processo ou procedimento quando de sua execução;
c) ***investigação e confirmação*** – obtenção de informações junto a pessoas ou entidades conhecedoras da transação, dentro ou fora da entidade;
d) ***cálculo*** – conferência da exatidão aritmética de documentos comprobatórios, registros e demonstrações contábeis e outras circunstâncias; e
e) ***revisão analítica*** – verificação do comportamento de valores significativos, através de índices, quocientes, quantidades absolutas ou outros meios, com vista à identificação de situações ou tendências atípicas.

11.2.6.3 – Na aplicação dos testes de observância, o auditor deve verificar a existência, efetividade e continuidade dos controles internos.

11.2.6.4 – Na aplicação dos testes substantivos, o auditor deve objetivar as seguintes conclusões:

a) ***existência*** – se o componente patrimonial existe em certa data;
b) ***direitos e obrigações*** – se efetivamente existentes em certa data;
c) ***ocorrência*** – se a transação de fato ocorreu;
d) ***abrangência*** – se todas as transações estão registradas;
e) ***avaliação*** – se os ativos e os passivos estão avaliados adequadamente;
f) ***mensuração*** – se as transações estão registradas pelos montantes corretos e se foi respeitado o princípio de competência; e
g) ***apresentação e divulgação*** – se os itens estão divulgados, classificados e descritos de acordo com as ***Normas Brasileiras de Contabilidade.***

11.2.6.5 – Na aplicação dos procedimentos de revisão analítica, o auditor deve considerar:

a) o objetivo dos procedimentos e o grau de confiabilidade dos resultados alcançáveis;
b) a natureza da entidade e o conhecimento adquirido nas auditorias anteriores; e
c) a disponibilidade de informações, sua relevância, confiabilidade e comparabilidade.

11.2.6.6 – Se o auditor, durante a revisão analítica, não obtiver informações objetivas suficientes para dirimir as questões suscitadas, deve efetuar verificações adicionais, aplicando novos procedimentos de auditoria, até alcançar conclusões satisfatórias.

11.2.6.7 – Desde que praticável e razoável e quando o ativo envolvido for de valor expressivo, em relação à posição patrimonial e financeira e ao resultado das operações, deve o auditor:

a) confirmar os valores das contas a receber, através de comunicação direta com os devedores; e
b) acompanhar o inventário físico realizado pela entidade, executando os testes de contagem física e procedimentos complementares aplicáveis.

11.2.7 – Documentação da Auditoria

11.2.7.1 – O auditor deve documentar, através de papéis de trabalho, todos os elementos significativos dos exames realizados e que evidenciem ter sido a auditoria executada de acordo com as normas aplicáveis.

11.2.7.2 – Os papéis de trabalho devem ter abrangência e grau de detalhe suficientes para propiciar o entendimento e o suporte da auditoria executada, compreendendo a documentação do planejamento, a natureza, a oportunidade e a extensão dos procedimentos de auditoria, bem como o julgamento exercido pelo auditor e as conclusões alcançadas.

11.2.7.3 – Os papéis de trabalho devem ser elaborados, organizados e arquivados de forma sistemática e racional.

11.2.7.4 – Quando o auditor se utilizar de análises, demonstrações ou quaisquer outros documentos fornecidos pela entidade, deve certificar-se da sua exatidão, sempre que integrá-los aos seus papéis de trabalho.

11.2.8 – Continuidade Normal dos Negócios da Entidade

11.2.8.1 – A continuidade normal dos negócios da entidade deve merecer especial atenção do auditor, quando do planejamento dos seus trabalhos, ao analisar os riscos de auditoria, e deve ser complementada quando da execução de seus exames.

11.2.8.2 – A evidência de normalidade pelo prazo de um ano após a data das demonstrações contábeis é suficiente para a caracterização dessa continuidade.

11.2.8.3 – Caso, no decorrer dos trabalhos, se apresentem indícios que ponham em dúvida essa continuidade, deve o auditor aplicar os procedimentos adicionais que julgar necessários para a formação de juízo embasado e definitivo sobre a matéria.

11.2.8.4 – Na hipótese de o auditor concluir que há evidências de riscos na continuidade normal dos negócios da entidade, deve avaliar os possíveis efeitos nas demonstrações contábeis, especialmente quanto à realização dos ativos.

11.2.9 – Amostragem Estatística

11.2.9.1 – Ao determinar a extensão de um teste de auditoria ou método de seleção de itens a serem testados, o auditor pode empregar técnicas de amostragem estatística.

11.2.10 – Processamento Eletrônico de Dados – PED

11.2.10.1 – O uso do PED modifica a forma de processamento e armazenamento de informações, afetando a organização e os procedimentos adotados pela entidade na consecução de adequados controles internos. O auditor deve dispor de compreensão suficiente dos recursos do PED e dos sistemas de processamento existentes, a fim de avaliá-los e planejar adequadamente seu trabalho.

11.2.10.2 – O uso de técnicas de auditoria que demandem o emprego de recursos do PED requer que o auditor as domine completamente, de forma a implementar os próprios

procedimentos ou, se for o caso, orientar, supervisionar e revisar os trabalhos de especialistas.

11.2.11 – Estimativas Contábeis

11.2.11.1 – As estimativas contábeis são de responsabilidade da administração da entidade e se baseiam em fatores objetivos e subjetivos, requerendo o seu julgamento na determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis.

11.2.11.2 – O auditor deve ter conhecimentos suficientes sobre os controles, procedimentos e métodos utilizados pela entidade no estabelecimento de estimativas que resultem em provisões.

11.2.11.3 – O auditor deve-se assegurar quanto à razoabilidade das estimativas, individualmente consideradas, quando estas forem relevantes. Tal procedimento inclui, além da análise da fundamentação matemático-estatística dos procedimentos utilizados pela entidade na quantificação das estimativas, a coerência destas com o comportamento da entidade em períodos anteriores, as práticas correntes em entidades semelhantes, os planos futuros da entidade, a conjuntura econômica e suas projeções.

11.2.11.4 – Quando a comparação entre as estimativas feitas em períodos anteriores e os valores reais destas evidenciar variações significativas, deve o auditor verificar se houve o competente ajuste nos procedimentos, de forma a permitir estimativas mais apropriadas no período em exame.

11.2.12 – Transações com Partes Relacionadas

11.2.12.1 – O auditor deve obter evidências suficientes para identificar partes relacionadas na fase de planejamento, possibilitando detectar, no decorrer dos trabalhos, quaisquer transações relevantes que as envolvam.

11.2.12.2 – O auditor deve examinar as transações relevantes com partes relacionadas, aplicando os procedimentos necessários à obtenção de informações sobre a finalidade, natureza e extensão das transações, com especial atenção àquelas que pareçam anormais ou envolvam partes relacionadas não identificadas quando do planejamento.

11.2.13 – Transações e Eventos Subseqüentes

11.2.13.1 – O auditor deve aplicar procedimentos específicos em relação aos eventos ocorridos entre a data do balanço e a do seu parecer, que possam demandar ajustes nas demonstrações contábeis ou a divulgação de informações nas notas explicativas.

11.2.14 – Carta de Responsabilidade da Administração

11.2.14.1 – O auditor deve obter carta que evidencie a responsabilidade da administração quanto às informações e, dados e à preparação e apresentação das demonstrações contábeis submetidas aos exames de auditoria.

11.2.14.2 – A carta de responsabilidade deve ser emitida com a mesma data do parecer dos auditores sobre as demonstrações contábeis a que ela se refere.

11.2.15 – Contingências

11.2.15.1 – O auditor deve adotar procedimentos para assegurar que todas as contingências passivas relevantes - decorrentes de processos judiciais, reivindicações e reclamações, bem como de lançamentos de tributos em disputa - foram identificadas e consideradas pela administração da entidade na elaboração das demonstrações contábeis.

11.2.15.2 – Os seguintes procedimentos devem ser executados pelo auditor:

a) discussão, com a administração da entidade, das políticas e procedimentos adotados para identificar, avaliar e contabilizar as contingências passivas;
b) obtenção de carta dos advogados da entidade quanto à existência de contingências na época da execução dos trabalhos finais de auditoria; e
c) discussão, com os advogados e/ou a administração da entidade, das perspectivas no desfecho das contingências e da adequação das perdas contingentes provisionadas, bem como das divulgações a serem feitas nas demonstrações contábeis.

11.2.15.3 – O auditor deve adotar os mesmos procedimentos com relação às contingências ativas.

11.3 – NORMAS DO PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

11.3.1 – Generalidades

11.3.1.1 – O "Parecer dos Auditores Independentes", ou "Parecer do Auditor Independente", é o documento mediante o qual o auditor expressa sua opinião, de forma clara e objetiva, sobre as demonstrações contábeis nele indicadas.

11.3.1.2 – Como o auditor assume, através do parecer, responsabilidade técnico-profissional definida, inclusive de ordem pública, é indispensável que tal documento obedeça às características intrínsecas e extrínsecas estabelecidas nas presentes normas.

11.3.1.3 – Em condições normais, o parecer é dirigido aos acionistas, ao conselho de administração ou à diretoria da entidade, ou outro órgão equivalente, segundo a natureza desta. Em circunstâncias próprias, o parecer é dirigido ao contratante dos serviços.

11.3.1.4 – O parecer deve identificar as demonstrações contábeis sobre as quais o auditor está expressando sua opinião, indicando, outrossim, o nome da entidade, as datas e os períodos a que correspondem.

11.3.1.5 – O parecer deve ser datado e assinado pelo contador responsável pelos trabalhos, e conter seu número de registro no Conselho Regional de Contabilidade.

11.3.1.6 – Caso o trabalho tenha sido realizado por empresa de auditoria, o nome e o número no Conselho Regional de Contabilidade também devem constar do parecer.

11.3.1.7 – A data do parecer deve corresponder ao dia do encerramento dos trabalhos de auditoria na entidade.

11.3.1.8 – O parecer deve expressar, clara e objetivamente, se as demonstrações contábeis auditadas, em todos os aspectos relevantes, na opinião do auditor, representam, adequadamente ou não, consoante as disposições contidas no item 11.1.1.1, na data do levantamento e para o período a que correspondam:
a) a posição patrimonial e financeira;
b) o resultado das operações ;
c) as mutações do patrimônio líquido; e
d) as origens e aplicações de recursos.

11.3.1.9 – O parecer classifica-se, segundo a natureza da opinião que contém, em:
a) parecer sem ressalva;
b) parecer com ressalva;
c) parecer adverso; e
d) parecer com abstenção de opinião.

11.3.2 – Parecer sem Ressalva

11.3.2.1 – O parecer sem ressalva indica que o auditor está convencido de que as demonstrações contábeis foram elaboradas consoante as disposições contidas no item 11.1.1.1, em todos os aspectos relevantes.

11.3.2.2 – O parecer sem ressalva implica afirmação de que, tendo havido alterações na observância das disposições contidas no item 11.1.1.1, elas tiveram seus efeitos avaliados e aceitos e estão devidamente revelados nas demonstrações contábeis e notas explicativas.

11.3.2.3 – O parecer sem ressalva deve obedecer ao seguinte modelo:

MODELO

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

DESTINATÁRIO

(1) Examinamos os balanços patrimoniais da empresa ABC, levantados em 31 de dezembro de 19XX e de 19XX, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaboradas sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

(2) Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da entidade; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da entidade, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

(3) Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da empresa ABC, em 31 de dezembro de 19XX e de 19XX, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com os Princípios Fundamentais da Contabilidade.

Local e data

Assinatura

Nome do auditor – responsável técnico

Contador – nº de registro no CRC

Nome da empresa de auditoria
Nº no CRC

11.3.3 – Circunstâncias que Impedem a Emissão do Parecer sem Ressalva

11.3.3.1 – O auditor não deve emitir um parecer sem ressalva quando existirem quaisquer das circunstâncias seguintes, que, na sua opinião, tenham efeitos relevantes para as demonstrações contábeis:

a) discordância com a administração da entidade a respeito do conteúdo e/ou forma de apresentação das demonstrações contábeis; ou
b) limitação na extensão do seu trabalho.

11.3.3.2 – A discordância com a administração da entidade, a respeito do conteúdo e forma de apresentação das demonstrações contábeis, deve conduzir à opinião com ressalva ou à opinião adversa.

11.3.3.3 – A limitação na extensão do trabalho deve conduzir à opinião com ressalva ou à abstenção de opinião.

11.3.3.4 – Na auditoria independente das demonstrações contábeis das entidades, públicas ou privadas, sujeitas à regulamentação específica quanto à adoção de princípios contábeis próprios ao segmento econômico, quando elas forem significativamente conflitantes com as disposições contidas no item 11.1.1.1, o auditor deve ressalvar seu parecer.

11.3.3.5 – Quando o auditor emitir parecer com ressalva, adverso ou com abstenção de opinião, deve ser incluída descrição clara de todas as razões que fundamentaram o seu parecer e, se praticável, a quantificação dos efeitos sobre as demonstrações contábeis. Essas informações devem ser apresentadas em parágrafo específico do parecer, precedendo ao da opinião e, se for o caso, fazer referência a uma divulgação mais ampla feita pela entidade em nota explicativa às demonstrações contábeis.

11.3.4 – Parecer com Ressalva

11.3.4.1 – O parecer com ressalva é emitido quando o auditor conclui que o efeito de qualquer discordância ou restrição na extensão de um trabalho não é de tal magnitude que requeira parecer adverso ou abstenção de opinião.

11.3.4.2 – O parecer com ressalva deve obedecer ao modelo do parecer sem ressalva, com a utilização das expressões "exceto por", "exceto quanto" ou "com exceção de", referindo-se aos efeitos do assunto objeto da ressalva.

11.3.5 – Parecer Adverso

11.3.5.1 – No parecer adverso, o auditor emite opinião de que as demonstrações contábeis não representam, adequadamente, a posição patrimonial e financeira, e/ou o resultado das operações, e/ou as mutações do patrimônio líquido, e/ou as origens e aplicações dos recursos da entidade, nas datas e períodos indicados, de acordo com as disposições contidas no item 11.1.1.1.

11.3.5.2 – O auditor deve emitir parecer adverso quando verificar que as demonstrações contábeis estão incorretas ou incompletas, em tal magnitude que impossibilite a emissão do parecer com ressalva.

11.3.6 – Parecer com Abstenção de Opinião

11.3.6.1 – O parecer com abstenção de opinião é aquele em que o auditor deixa de emitir opinião sobre as demonstrações contábeis, por não ter obtido comprovação suficiente para fundamentá-la.

11.3.6.2 – A abstenção de opinião em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto não elimina a responsabilidade do auditor de mencionar, no parecer, qualquer desvio relevante que possa influenciar a decisão do usuário dessas demonstrações.

11.3.7 – Incerteza

11.3.7.1 – Quando ocorrer incerteza em relação a fato relevante, cujo desfecho poderá afetar significativamente a posição patrimonial e financeira da entidade, bem como o resultado das suas operações, deve o auditor adicionar um parágrafo de ênfase em seu parecer, após o parágrafo de opinião, fazendo referência à nota explicativa, que deve descrever, de forma mais extensa, a natureza e, quando possível, o efeito da incerteza.

11.3.7.2 – Na hipótese do emprego de parágrafo de ênfase, o parecer permanece na condição de parecer sem ressalva.

11.3.7.3 – Se o auditor concluir que a matéria envolvendo incerteza relevante não está adequadamente divulgada nas demonstrações contábeis ou nas notas explicativas, de acordo com as disposições contidas no item 11.1.1.1, o seu parecer deve conter ressalva ou opinião adversa, pela omissão ou inadequação da divulgação.

11.3.8 – Informações Relevantes nas Demonstrações Contábeis

11.3.8.1 – O auditor deve incluir no seu parecer, inclusive sob forma de ressalva, se for o caso, os necessários esclarecimentos que permitam a correta interpretação das demonstrações contábeis, sempre que estas forem omissas a respeito.

11.3.9 – Parecer quando demonstrações contábeis de controladas e/ou coligadas são auditadas por outros auditores

11.3.9.1 – O auditor deve assegura-se de que as demonstrações contábeis relevantes das controladas e coligadas, utilizadas para fins de consolidação ou contabilização dos investimentos pelo valor do patrimônio líquido na controladadora e/ou investidora, estão de acordo com as disposições contidas no item 11.1.1.1.

11.3.9.2 – Quando houver participação de outros auditores independentes no exame das demonstrações contábeis relevantes das controladas e/ou coligadas, o auditor da controladora e/ou investidora deve destacar esse fato no seu parecer.

11.3.9.3 – Nessas circunstâncias, o auditor da controladora e/ou investidora deve expressar sua opinião sobre as demonstrações contábeis como um todo, baseando-se exclusivamente no parecer de outro auditor com respeito às demonstrações contábeis de controladas e/ou coligadas. Esse fato deve ser destacado no parecer, indicando os valores envolvidos.

11.3.10 – Parecer sobre demonstrações contábeis condensadas

11.3.10.1 – O auditor pode expressa opinião sobre demonstrações contábeis apresentadas de forma condensada, desde que tenha emitido opinião sobre as demonstrações contábeis originais.

11.3.10.2 – O parecer sobre as demonstrações contábeis condensadas deve indicar que elas estão preparadas segundo os critérios utilizados originalmente e que o perfeito entendimento da situação da entidade demanda a leitura das demonstrações contábeis originais.

11.3.10.3 – Toda informação importante, relacionada com ressalva, parecer adverso, parecer com abstenção de opinião e/ou ênfase, constante do parecer dos auditores independentes

sobre as demonstrações contábeis originais deve estar incluída no parecer sobre as demonstrações contábeis condensadas.

11.3.11 – Demonstrações Contábeis Não-Auditadas

11.3.11.1 – Sempre que o nome do auditor estiver, de alguma forma, associado com demonstrações ou informações contábeis que ele não auditou, estas devem ser claramente identificadas como "não auditadas", em cada folha do conjunto.

11.3.11.2 – Havendo emissão de relatório, este deve conter a indicação de que o auditor não está expressando opinião sobre as referidas demonstrações contábeis.

7.2 ANEXO – II – BALANÇO ORIGINAL

Código da Conta	Descrição da Conta	31/12/2007	31/12/2006	31/12/2005
1	Ativo Total	279.172,00	264.310,00	249.259,00
1.01	Ativo Circulante	112.132,00	114.229,00	104.274,00
1.01.01	Disponibilidades	1.134,00	1.984,00	663,00
1.01.01.01	Caixa e Bancos	1.134,00	1.984,00	663,00
1.01.02	Créditos	6.712,00	7.971,00	6.549,00
1.01.02.01	Clientes	6.712,00	7.971,00	6.549,00
1.01.02.02	Créditos Diversos	0,00	0,00	0,00
1.01.03	Estoques	62.695,00	59.246,00	51.817,00
1.01.03.01	Produtos Acabados e em Elaboração	25.453,00	26.619,00	20.748,00
1.01.03.02	Matéria Prima	30.194,00	25.266,00	22.911,00
1.01.03.03	Almoxarifado	6.951,00	7.245,00	8.157,00
1.01.03.04	Adiantamento a Fornecedores/Terceiros	46,00	88,00	1,00
1.01.03.05	Importação em Andamento	51,00	28,00	0,00
1.01.03.06	Outros	0,00	0,00	0,00
1.01.04	Outros	41.591,00	45.028,00	45.245,00
1.01.04.01	Titulos e Valores Mobiliarios	971,00	6.774,00	577,00
1.01.04.02	Impostos a Recuperar	36.597,00	34.931,00	43.002,00
1.01.04.03	Despesas Pagas Antecipadamente	989,00	1.055,00	1.057,00
1.01.04.04	Outros créditos	904,00	606,00	609,00
1.01.04.05	Imp. Renda e Cont. Social Diferidos	2.115,00	1.662,00	0,00
1.01.04.06	Depósitos Judiciais em Pendências	15,00	0,00	0,00
1.02	Ativo Não Circulante	167.040,00	150.081,00	144.985,00
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	30.615,00	27.842,00	29.104,00
1.02.01.01	Créditos Diversos	0,00	0,00	0,00
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	2.146,00	3.391,00	3.633,00
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	0,00	0,00	0,00
1.02.01.02.02	Com Controladas	2.146,00	3.391,00	3.633,00
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0,00	0,00	0,00
1.02.01.03	Outros	28.469,00	24.451,00	25.471,00
1.02.01.03.01	Depósitos Judiciais em Pendências	169,00	184,00	168,00
1.02.01.03.02	Créditos Tributários Diferidos	14.185,00	14.008,00	14.540,00
1.02.01.03.03	Outros Créditos	0,00	0,00	0,00
1.02.01.03.04	Impostos a Recuperar	14.115,00	10.259,00	10.763,00
1.02.02	Ativo Permanente	136.425,00	122.239,00	115.881,00
1.02.02.01	Investimentos	69.379,00	52.886,00	42.796,00
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	0,00	0,00	0,00
1.02.02.01.02	Participações Coligadas/Equiparadas-Ágio	0,00	0,00	0,00
1.02.02.01.03	Participações em Controladas	69.229,00	52.611,00	42.515,00
1.02.02.01.04	Participações em Controladas - Ágio	0,00	0,00	0,00
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	150,00	275,00	281,00
1.02.02.02	Imobilizado	67.046,00	69.353,00	73.085,00
1.02.02.02.01	Terrenos	1.717,00	1.717,00	1.717,00
1.02.02.02.02	Edificios	12.946,00	13.406,00	14.067,00
1.02.02.02.03	Máquinas e Equipamentos	28.048,00	33.334,00	25.747,00
1.02.02.02.04	Aparelhos e Ferramentas	1.617,00	1.756,00	2.034,00
1.02.02.02.05	Benfeitorias,Instalações, Móv.Utensílios	5.024,00	6.004,00	6.481,00
1.02.02.02.06	Imobilizado em Andamento	15.194,00	9.350,00	18.893,00
1.02.02.02.07	Veículos	260,00	583,00	689,00
1.02.02.02.08	Equipamento de Informática	1.255,00	1.724,00	1.668,00
1.02.02.02.09	Outros	0,00	0,00	0,00
1.02.02.02.10	Software	801,00	1.266,00	1.506,00
1.02.02.02.11	Benfeitorias em Prédios de Terceiros	0,00	27,00	84,00
1.02.02.02.12	Marcas e Patentes	130,00	132,00	129,00
1.02.02.02.13	Direito de Uso	54,00	54,00	70,00
1.02.02.03	Intangível	0,00	0,00	0,00
1.02.02.04	Diferido	0,00	0,00	0,00

Código da Conta	Descrição da Conta	31/12/2007	31/12/2006	31/12/2005
2	Passivo Total	279.172,00	264.310,00	249.259,00
2.01	***Passivo Circulante***	***67.659,00***	***72.182,00***	***61.536,00***
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	54.681,00	60.443,00	44.326,00
2.01.02	Debêntures	0,00	0,00	0,00
2.01.03	Fornecedores	3.503,00	3.652,00	4.196,00
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	432,00	349,00	388,00
2.01.05	Dividendos a Pagar	0,00	0,00	0,00
2.01.05.01	Dividendos	0,00	0,00	0,00
2.01.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0,00	0,00	0,00
2.01.06	Provisões	3.629,00	3.345,00	8.276,00
2.01.06.01	Provisões Férias, 13º e Encargos	2.864,00	2.642,00	2.854,00
2.01.06.02	Provisões para Contribuição Social	0,00	0,00	0,00
2.01.06.03	Provisão para Imposto de Renda	0,00	0,00	0,00
2.01.06.04	Outras Provisões	520,00	207,00	2.282,00
2.01.06.05	Provisão para Contigências Fiscais	245,00	496,00	3.140,00
2.01.06.06	Imp. de Renda e Contr.Social Diferidos	0,00	0,00	0,00
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	23,00	33,00	85,00
2.01.08	Outros	5.391,00	4.360,00	4.265,00
2.01.08.01	Salários e Encargos Sociais	2.014,00	1.874,00	1.864,00
2.01.08.02	Contas a Pagar	1.232,00	872,00	1.639,00
2.01.08.03	Adiantamentos de clientes	0,00	180,00	0,00
2.01.08.04	Participações Estatutárias	2.145,00	1.434,00	762,00
2.02	***Passivo Não Circulante***	***18.353,00***	***13.509,00***	***14.706,00***
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	18.353,00	13.509,00	14.706,00
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	17,00	3.528,00	5.929,00
2.02.01.01.01	Empréstimos no País	17,00	3.528,00	5.929,00
2.02.01.02	Debêntures	0,00	0,00	0,00
2.02.01.03	Provisões	11.687,00	9.823,00	5.953,00
2.02.01.03.01	Provisão para Contigências Fiscais	11.687,00	9.823,00	5.953,00
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	6.649,00	158,00	2.824,00
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0,00	0,00	0,00
2.02.01.06	Outros	0,00	0,00	0,00
2.02.01.06.01	Obrigações Fiscais em Litígio	0,00	0,00	0,00
2.02.02	Resultados de Exercícios Futuros	0,00	0,00	0,00
2.04	***Patrimônio Líquido***	***193.160,00***	***178.619,00***	***173.017,00***
2.04.01	Capital Social Realizado	81.348,00	81.348,00	81.348,00
2.04.02	Reservas de Capital	18.959,00	18.959,00	18.959,00
2.04.02.01	Ágio na emissão de Ações	17.789,00	17.789,00	17.789,00
2.04.02.02	Incentivos Fiscais -IR	1.170,00	1.170,00	1.170,00
2.04.03	Reservas de Reavaliação	0,00	0,00	0,00
2.04.03.01	Ativos Próprios	0,00	0,00	0,00
2.04.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0,00	0,00	0,00
2.04.04	Reservas de Lucro	92.853,00	78.312,00	72.710,00
2.04.04.01	Legal	15.265,00	13.972,00	13.198,00
2.04.04.02	Estatutária	50.064,00	46.184,00	41.356,00
2.04.04.02.01	Renovação de Equipamentos e Maquinários	17.671,00	15.084,00	13.536,00
2.04.04.02.02	Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico	8.835,00	7.542,00	6.768,00
2.04.04.02.03	Perdas monet.e Equalização de Dividendos	23.558,00	23.558,00	21.052,00
2.04.04.03	Para Contingências	0,00	0,00	0,00
2.04.04.04	De Lucros a Realizar	0,00	0,00	0,00
2.04.04.05	Retenção de Lucros	18.808,00	18.156,00	18.156,00
2.04.04.05.01	Retenção p/Expansão e Aumento de Capital	18.808,00	18.156,00	18.156,00
2.04.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0,00	0,00	0,00
2.04.04.07	Outras Reservas de Lucro	8.716,00	0,00	0,00
2.04.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0,00	0,00	0,00
2.04.06	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0,00	0,00	0,00

7.3 ANEXO – III – DRE ORIGINAL

Código da Conta	Descrição da Conta	31/12/2007	31/12/2006	31/12/2005
3.01	**Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços**	**276.102,00**	**250.696,00**	**244.652,00**
3.02	Deduções da Receita Bruta	(22.751,00)	(18.997,00)	(18.098,00)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	253.351,00	231.699,00	226.554,00
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(217.728,00)	(182.647,00)	(186.352,00)
3.05	**Resultado Bruto**	**35.623,00**	**49.052,00**	**40.202,00**
3.06	*Despesas/Receitas Operacionais*	*(8.493,00)*	*(33.080,00)*	*(44.286,00)*
3.06.01	Com Vendas	(24.088,00)	(22.932,00)	(30.260,00)
3.06.02	Gerais e Administrativas	(19.475,00)	(22.429,00)	(22.311,00)
3.06.02.01	Hon.Da Diretoria e Cons.Admin/Fiscal	(2.391,00)	(2.453,00)	(2.505,00)
3.06.02.02	Despesas Administrativas	(15.327,00)	(18.081,00)	(17.677,00)
3.06.02.03	Depreciações e Amortizações	(1.757,00)	(1.895,00)	(2.129,00)
3.06.03	Financeiras	14.629,00	1.753,00	3.005,00
3.06.03.01	Receitas Financeiras	31.264,00	22.688,00	18.269,00
3.06.03.01.01	Receitas de Juros e Aplic.Financeiras	5.668,00	2.463,00	1.737,00
3.06.03.01.02	Variações Cambiais Monetárias	25.596,00	20.225,00	16.532,00
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(16.635,00)	(20.935,00)	(15.264,00)
3.06.03.02.01	Despesas de juros e Aplic. Financeiras	(7.788,00)	(7.972,00)	(6.510,00)
3.06.03.02.02	Variações Cambiais Monetárias	(8.847,00)	(12.963,00)	(8.754,00)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	4.525,00	1.127,00	1.008,00
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(569,00)	(695,00)	(742,00)
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	16.485,00	10.096,00	5.014,00
3.07	**Resultado Operacional**	**27.130,00**	**15.972,00**	**(4.084,00)**
3.08	Resultado Não Operacional	513,00	65,00	250,00
3.08.01	Receitas	998,00	92,00	40,00
3.08.02	Despesas	(485,00)	(27,00)	210,00
3.09	**Resultado Antes Tributação/Participações**	**27.643,00**	**16.037,00**	**(3.834,00)**
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(2.284,00)	(866,00)	(5,00)
3.11	IR Diferido	2.912,00	1.996,00	5.839,00
3.11.01	Imposto de Renda Diferido	2.497,00	15,00	4.849,00
3.11.02	Contribuição Social Diferido	415,00	1.981,00	990,00
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	(2.399,00)	(1.687,00)	(763,00)
3.12.01	Participações	(2.399,00)	(1.687,00)	(763,00)
3.12.01.01	Empregados	(2.155,00)	(1.555,00)	(692,00)
3.12.01.02	Administradores	(244,00)	(132,00)	(71,00)
3.12.02	Contribuições	0,00	0,00	0,00
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0,00	0,00	0,00
3.15	**Lucro/Prejuízo do Período**	**25.872,00**	**15.480,00**	**1.237,00**